

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS
CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76
NIRE 3130003731-2
Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Montes Claros, 15 de maio de 2017 – A Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS (“Companhia”) é uma companhia aberta sediada em Montes Claros – MG e que tem por objeto social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos “CTNM3” e “CTNM4”.

A Companhia possui investimentos em duas controladas e duas coligadas como principais investimentos e ativos, a saber:

Controladas:

Springs Global Participações S.A., que por sua vez, é controladora da Coteminas S.A. e da Springs Global US, Inc., companhias que concentram as atividades industriais na área de artigos de cama e banho. Em 2009, a SGPSA iniciou as atividades varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca MMartan e em 2011 sob a marca Artex que comercializam produtos de cama, mesa e banho através da rede de varejos, administradas pela controlada AMMO Varejo Ltda.

Companhia Tecidos Santanense, tem por objeto social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho.

Coligadas:

Cantagalo General Grains S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de outubro de 2010 com o objetivo de cultivo de soja, milho, algodão e outros cereais, exerce ainda, através de sua controlada CGG Trading S.A., atividade de trading de commodities agrícola e possui investimentos logísticos (terminais portuários) para a exportação de grãos.

Companhia Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, possui sede em Belo Horizonte - MG foi constituída em 12 de agosto de 1872 e é uma companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPIs, destinados à segurança do trabalho.

Reproduzimos, a seguir, os comentários individuais das nossas controladas Springs Global Participações e Companhia de Tecidos Santanense.



BM&FBOVESPA: SGPS3

Springs Global: EBITDA soma R\$ 55,0 milhões, com margem EBITDA de 10,7%

São Paulo, 15 de maio de 2017 - A Springs Global Participações S.A. (Springs Global), líder em produtos de cama, mesa e banho nas Américas, apresentou, no primeiro trimestre de 2017 (1T17), receita líquida de R\$ 516,2 milhões, com margem bruta de 26,2% e margem EBITDA de 10,7%.

Sobre a Springs Global

A Springs Global é líder em produtos de cama, mesa e banho nas Américas, detentora de marcas tradicionais e líderes em seus segmentos de atuação, estrategicamente posicionadas de forma a atender eficientemente a clientes de diferentes perfis socioeconômicos. A Springs Global conta com operações verticalmente integradas e unidades industriais, com alto grau de automatização e flexibilidade, localizadas no Brasil, Estados Unidos e Argentina.

BM&FBovespa: SGPS3

Em 31/03/2017:

Preço de fechamento da ação: R\$ 9,36

Valor de mercado: R\$ 468,0 milhões

Teleconferência de Resultados

Data: 16/05/2017

Horário: 11h (Brasília) / 10h (US-ET)

Em Português:

+55 11 3193-1001

/ +55 11 2820-4001

Em Inglês:

+1 888 700-0802 (Toll free)

+1 786 924-6977

Senha: Springs Global

Para acesso ao *webcast* em português [clique aqui](http://www.springs.com/ri) ou acesse o website <http://www.springs.com/ri>.

Relações com Investidores

Alessandra Gadelha

Diretora de Relações com Investidores

Tel: +55 11 2145 4476

ri@springs.com

www.springs.com/ri

Os principais destaques do desempenho da Springs Global no 1T17 foram:

- Receita líquida de R\$ 516,2 milhões, 14,3% inferior à do primeiro trimestre de 2016 (1T16), sendo negativamente impactada por valorização de 23,3% do real em relação ao dólar entre anos
- Margem bruta de 26,2%, *versus* 26,3% no 1T16
- EBITDA^(a) de R\$ 55,0 milhões, com redução de 13,4% em relação ao mesmo período do ano anterior
- Margem EBITDA de 10,7%, com expansão de 0,2 ponto percentual (p.p.) ante 1T16
- Resultado operacional alcançou R\$ 36,6 milhões, 16,7% inferior ao 1T16
- Incremento de R\$ 10,2 milhões no resultado líquido entre anos
- Crescimento de 36,6% do EBITDA da unidade de negócio América do Norte - Atacado
- Abertura de três lojas franqueadas e conversão de duas lojas na unidade de negócio América do Sul – Varejo

Em R\$ milhões	1T17 (A)	1T16 (B)	(A)/(B) %
Receita bruta	632,2	726,7	(13,0%)
Receita líquida	516,2	602,6	(14,3%)
Lucro bruto	135,1	158,5	(14,8%)
Margem Bruta %	26,2%	26,3%	(0,1 p.p.)
EBITDA	55,0	63,5	(13,4%)
Margem EBITDA %	10,7%	10,5%	0,2 p.p.
Resultado Operacional	36,6	43,9	(16,7%)
Número de lojas	225	220	2,3%

Tabela 1 - Principais indicadores financeiros

As informações financeiras e operacionais contidas neste press release, exceto quando de outra forma indicado, estão em Reais e consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS).

Receita

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 516,2 milhões no 1T17, 14,3% inferior à do 1T16, negativamente impactada por efeito cambial relativo à receita em dólares e por menores volumes de venda de produtos da linha de cama, mesa e banho (CAMEBA)^(b).

Mantivemos nossa postura de cautela em relação à concessão de crédito a clientes no Brasil e, ao mesmo tempo, continuamos ampliando a participação de produtos intermediários^(c), que possuem menor ciclo de conversão de caixa, no nosso *mix* de vendas.

A receita da América do Sul alcançou R\$ 325,2 milhões no 1T17, representando 63% da receita total, com retração de 5,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. A receita da América do Norte somou R\$ 190,9 milhões, sendo equivalente a 37% da receita total do 1T17 e 26,0% inferior à do 1T16.

A linha de CAMEBA foi responsável por 43% da receita no 1T17, a linha de *Utility bedding*^(d) por 31%, e produtos intermediários por 14%. A receita do Varejo, com participação de 12% da receita total do 1T17, foi impactada pelas conversões de lojas próprias para franquias.

A receita de CAMEBA foi igual a R\$ 224,3 milhões no 1T17, com redução de 18,2% em relação ao 1T16, devido, principalmente, à diminuição de 14,8% do volume de vendas. A receita de *Utility bedding* totalizou R\$ 160,6 milhões, com retração de 22,2% entre anos, negativamente impactada por valorização de 23,3% do câmbio médio entre os períodos. A receita de produtos intermediários somou R\$ 71,4 milhões, com crescimento de 22,3% em relação ao 1T16, positivamente impactada por melhor preço e mix de vendas.

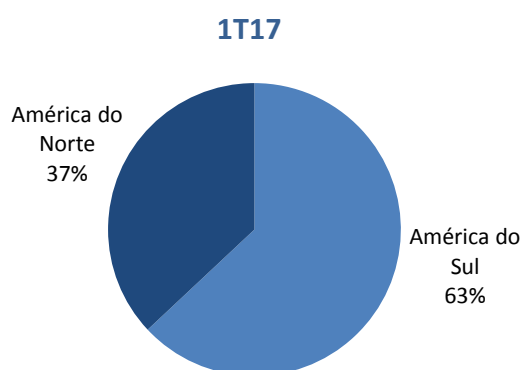


Gráfico 1 – Distribuição da Receita por geografia

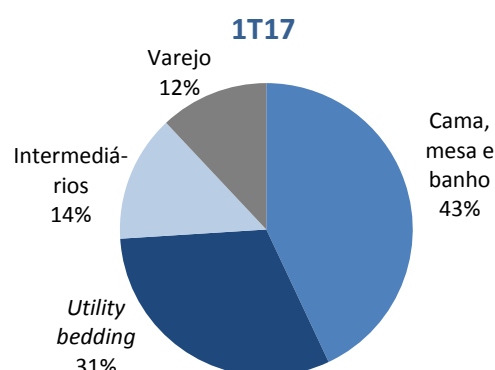


Gráfico 2 – Distribuição da Receita por tipo de produto

Custo e Despesas

O custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$ 381,1 milhões no 1T17, com redução de 14,2% em relação ao 1T16, em linha com a da receita, e representando 73,8% da receita líquida.

As principais matérias-primas são algodão e poliéster que, somados a produtos químicos, embalagens e aviamentos, totalizaram custos de R\$ 232,9 milhões no 1T17, denominados custos de materiais, com decréscimo de 18,9% em relação ao ano anterior, impactado principalmente pelo câmbio.

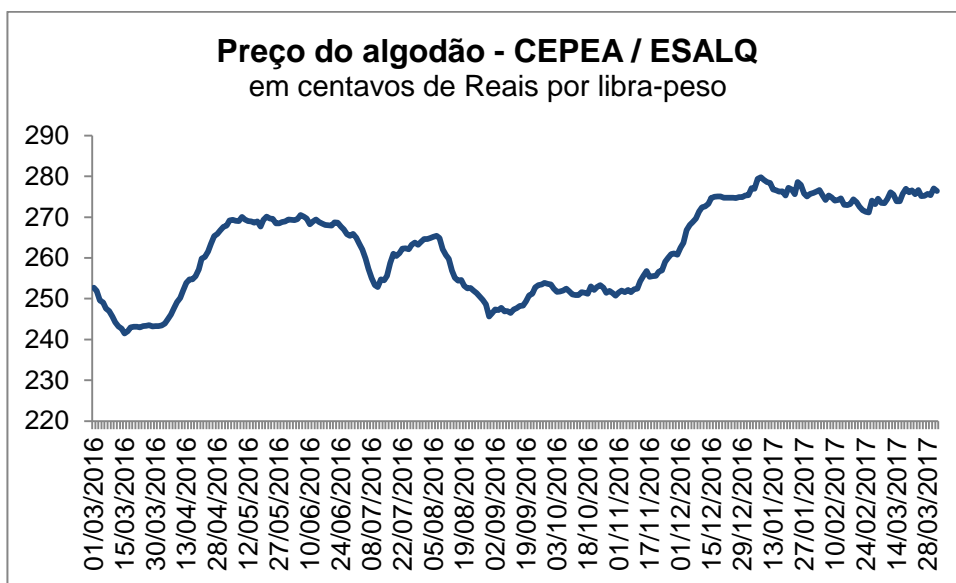


Gráfico 3 – Preço de algodão, fonte CEPEA

A conversão da matéria-prima em produto acabado demanda, principalmente, mão-de-obra, energia elétrica e outras utilidades, denominados custos de conversão e outros, que somaram R\$ 131,2 milhões no 1T17, com redução de 5,5% em relação ao 1T16. Pela sua natureza, esses custos são afetados por ganhos de escala, sendo diluídos quando há maior utilização da capacidade produtiva.

A depreciação dos ativos de produção e distribuição totalizou R\$ 17,0 milhões no 1T17, com redução de 5,0% ante 1T16.

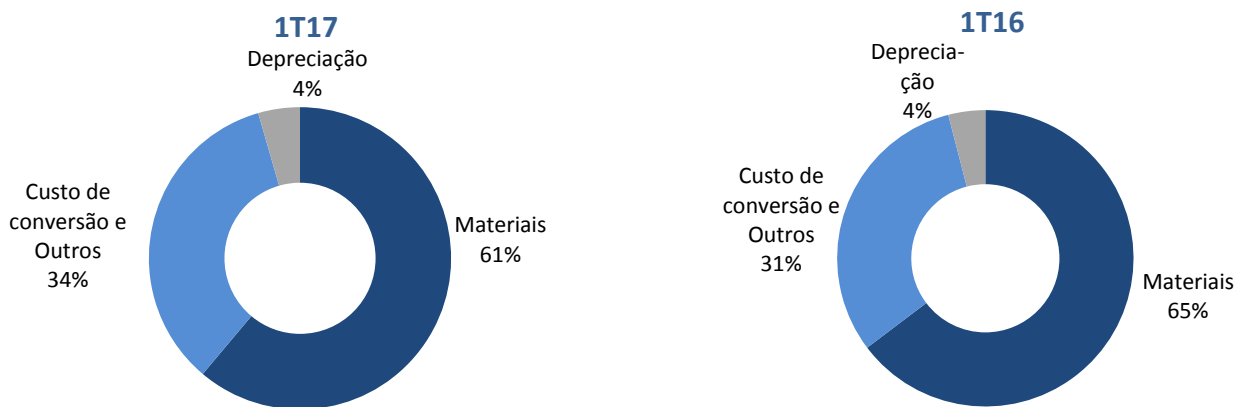


Gráfico 4 – Distribuição do CPV

Em relação às despesas operacionais, as despesas com vendas foram de R\$ 66,3 milhões, representando 12,8% da receita líquida, com retração de 8,5% entre anos. As despesas gerais e administrativas (G&A) somaram R\$ 33,2 milhões, equivalentes a 6,4% da receita líquida, também com retração de 8,5% entre anos.

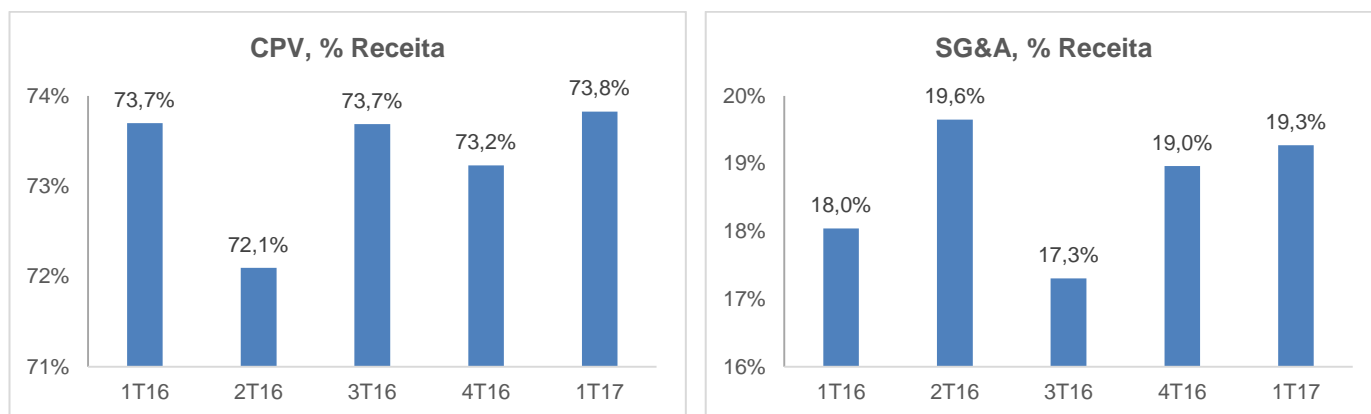


Gráfico 5 – CPV e SG&A, como % receita líquida

EBITDA

A geração de caixa, medida pelo EBITDA, alcançou R\$ 55,0 milhões no 1T17, com retração de 13,4% em relação ao 1T16. A redução de R\$ 23,4 milhões do lucro bruto mais que compensou a diminuição de R\$ 16,1 milhões de despesas operacionais. A margem EBITDA foi de 10,7% no 1T17, ante 10,5% no 1T16.

Nos últimos doze meses findos em 31 de março de 2017, o LTM EBITDA atingiu R\$ 257,3 milhões.

Lucro

O lucro bruto totalizou R\$ 135,1 milhões no 1T17, com margem bruta de 26,2%. Houve redução do lucro bruto de 14,8%, impulsionada pela redução da receita, com estabilidade da margem bruta.

O resultado financeiro foi de R\$ 48,3 milhões negativo no 1T17, *versus* R\$ 64,1 milhões negativo no 1T16, devido principalmente à diferença, entre os períodos, de R\$ 15,3 milhões nas variações cambiais sobre ativos da Companhia em dólares norte-americanos.

As receitas financeiras aumentaram em R\$ 1,4 milhão, enquanto as despesas financeiras – juros e encargos – aumentaram R\$ 2,2 milhões. As despesas bancárias, impostos, descontos e outros reduziram R\$ 1,3 milhão entre anos.

O saldo das variações cambiais foi positivo em R\$ 1,0 milhão no 1T17, refletindo a valorização do Real no trimestre na posição líquida de ativos em dólar, ante valor negativo de R\$ 14,4 milhões no 1T16.

O melhor resultado financeiro contribuiu para o avanço do resultado líquido do 1T17, que somou perdas de R\$ 12,0 milhões, contra perdas de R\$ 22,2 milhões no 1T16.

Investimentos e Capital de giro

Os investimentos de capital somaram R\$ 8,6 milhões no 1T17, destinados, principalmente, à melhoria operacional nas fábricas da Companhia.

As necessidades de capital de giro somaram R\$ 973,4 milhões no final do 1T17, estável em relação ao trimestre anterior.

Esperamos a redução no capital de giro da Companhia em função das conversões de lojas próprias para franquias. Realizamos seis conversões em 2016 e duas no 1T17 e continuaremos o processo de conversões em 2017, que, entre outros benefícios, possibilitam a redução do capital empregado, através da transferência de estoques, contas a receber e investimentos realizados para o franqueado.

Dívida e Indicadores de endividamento

Nossa posição de dívida líquida^(e) era de R\$ 870,5 milhões em 31 de março de 2017, em linha com o valor registrado no quarto trimestre de 2016 (4T16), de R\$ 858,6 milhões.

No primeiro trimestre de 2017, houve corte de 1,50% da taxa básica de juros. A tendência de queda deve continuar nos próximos meses.

A relação dívida líquida/LTM EBITDA foi igual a 3,4x no final do 1T17. A melhoria do resultado operacional e, conseqüentemente, de sua geração de caixa possibilitará, ao mesmo tempo, a redução da dívida líquida e o aumento do EBITDA, contribuindo para redução do indicador “dívida líquida/EBITDA” que deverá ficar abaixo de 3,0x até o final do exercício de 2017.

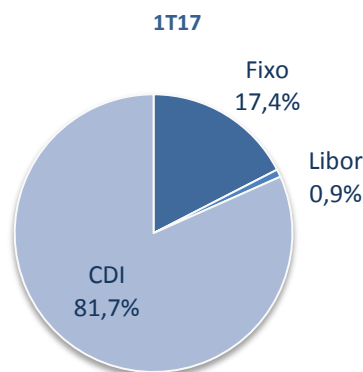


Gráfico 6 – Dívida Bruta por indexador

Projeções

A Springs Global mantém sua estratégia de consolidar sua posição de liderança no mercado de cama, mesa e banho, e de expansão de vendas nos canais multimarcas e mono marca, priorizando franquias, que requerem menor intensidade de capital.

Buscaremos a melhoria de rentabilidade dos nossos negócios, através de (a) maior utilização de capacidade de nossas fábricas no Brasil, principalmente por crescimento no segmento de decoração têxtil, resultando em maior absorção de custos fixos, (b) conversão de produtos intermediários em produtos confeccionados de maior valor agregado, e (c) conversão de lojas próprias em franquias, além do crescimento de número de franquias.

Para o ano de 2017, esperamos crescimento de até 18% na receita, com expansão da margem EBITDA, em linha com o orçamento da Companhia, considerando como premissas: (a) câmbio médio de R\$ 3,40 em 2017, (b) crescimento de 0,8% do PIB no Brasil, e (c) conversão de 20 lojas e abertura de 17 novas lojas franqueadas no Varejo.

Em R\$ milhões	2017 Projeção	1T17 Realizado
Receita Líquida		
Atacado - América do Sul*	1.250 - 1.450	280,8
Varejo - América do Sul	260 - 300	59,9
Atacado - América do Norte	850 - 980	190,9
Receita Líquida Total	2.360 - 2.730	516,2
EBIT	200 - 240	36,6
EBITDA	280 - 320	55,0
CAPEX	35 - 45	8,6
* Incluindo receita intracompanhia de R\$ 62,3 milhões		

Tabela 2 – Projeções

Desempenho da ação

As ações da Springs Global, negociadas na BM&FBOVESPA sob o código SGPS3, apresentaram valorização de 120,2% no 1T17, com desempenho superior ao do Ibovespa e ao do Índice *Small Cap* no mesmo período. Nossa ação registrou uma liquidez média diária de R\$ 2,3 milhões no 1T17.

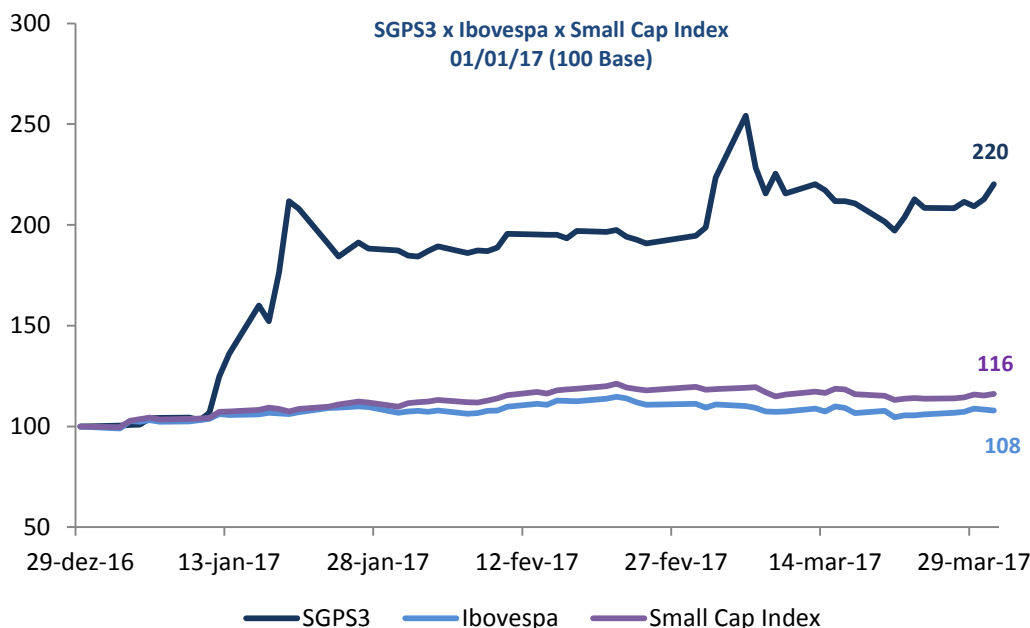


Gráfico 7 – Desempenho da ação SGPS3

Desempenho por Segmento de Negócio

A Springs Global apresenta seus resultados segregados nos seguintes segmentos de negócio: (a) América do Sul - Atacado, (b) América do Sul - Varejo, e (c) América do Norte – Atacado.

América do Sul – Atacado

A receita líquida do segmento de negócio América do Sul - Atacado alcançou R\$ 280,8 milhões no 1T17, 5,6% inferior à obtida do 1T16, negativamente impactado por menor volume de vendas.

O CPV totalizou R\$ 210,6 milhões no 1T17, em linha com o do ano anterior. As despesas de SG&A somaram R\$ 49,6 milhões, equivalente a 17,7% da receita, com redução de 3,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O EBITDA alcançou R\$ 37,3 milhões, com redução de 29,0% em relação ao 1T16.

A margem bruta foi igual a 25,0%, ante 30,3% no 1T16, e a margem EBITDA foi de 13,3%, ante 17,7% no 1T16, ambas negativamente impactadas por menores volumes de venda e por maior participação de intermediários no mix de vendas.

América do Sul – Varejo

A receita líquida do segmento de negócio América do Sul - Varejo atingiu R\$ 59,9 milhões no 1T17, 6,0% inferior à alcançada no 1T16, sendo o maior número de lojas mais que compensado pela conversão de lojas próprias em franquias entre os períodos. No 1T17, realizamos duas conversões e abrimos três novas franquias Artex.

No final do 1T17 tínhamos 225 lojas, das quais 75 próprias e 150 franquias, ante 220 no final do 1T16.

O processo de conversão ocasiona redução de receita, porém também das despesas de vendas, gerais e administrativas (SG&A), possibilitando melhora da margem EBITDA. Para acompanhar o desempenho da unidade de negócio América do Sul – Varejo, durante este processo de conversão, deve-se comparar a receita *sell-out*, que, independentemente da loja ser própria ou franquia, considera o preço de venda para o consumidor final.

A receita *sell-out*^(f) foi de R\$ 110,4 milhões no 1T17, em linha com o valor obtido no 1T16.

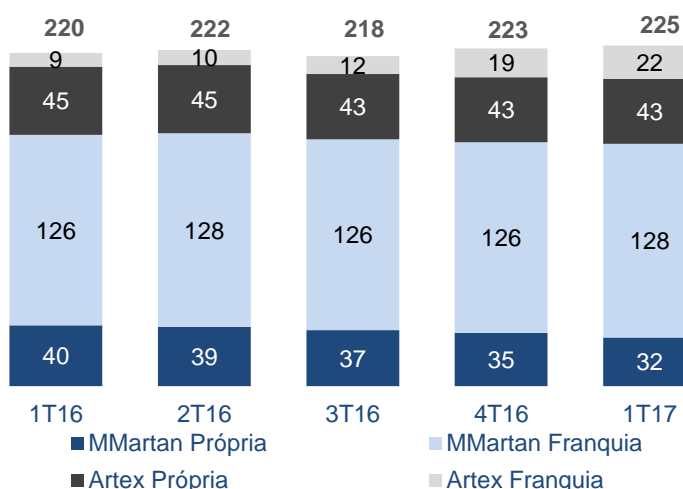
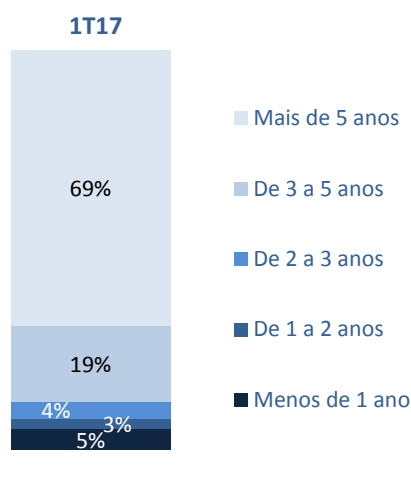


Gráfico 8 – Lojas por grau de maturidade

Gráfico 9 – Evolução do número de lojas

O CPV totalizou R\$ 29,4 milhões, com redução de 9,5% entre anos, e com expansão da margem bruta de 49,0% no 1T16 para 50,9% no 1T17, apesar do aumento de participação de franquias no faturamento do negócio.

As despesas de SG&A somaram R\$ 32,0 milhões, com redução de 8,8% em relação ao ano anterior, devido, principalmente, às conversões de lojas próprias para franquias e fechamento de algumas lojas próprias.

O EBITDA foi de R\$ 0,4 milhão positivo no 1T17, contra R\$ 1,7 milhão negativo no 1T16, devido às reduções de CPV e SG&A.

Priorizaremos em 2017 novas conversões de lojas próprias para franqueadas, o que ocasionará redução de receita, porém também de SG&A, possibilitando aumento da margem EBITDA. Ao mesmo tempo, ampliaremos o número de lojas franqueadas Artex, o que contribuirá para impulsionar as vendas no varejo monomarca.

América do Norte – Atacado

A receita líquida do segmento de negócio América do Norte - Atacado alcançou R\$ 190,9 milhões no 1T17, com redução de 26,0% em relação à do 1T16 sendo negativamente impactada por valorização de 23,3% do real em relação ao dólar americano entre anos.

O CPV totalizou R\$ 156,5 milhões, com decréscimo de 29,1%, possibilitando ampliação da margem bruta de 14,5% no 1T16 para 18,0% no 1T17. As despesas de SG&A representaram 8,9% da receita no 1T17, com redução de 21,0% em relação ao ano anterior.

O EBITDA alcançou R\$ 18,3 milhões, com crescimento de 36,6% em relação ao 1T16. A margem EBITDA foi de 9,6%, ante 5,2% no 1T16.

Tabelas

Tabela 3 – Receita líquida por unidade de negócio

Em R\$ milhões	1T17	%	1T16	%	(A)/(B)
	(A)		(B)		%
América do Sul	325,2	63%	344,6	57%	(5,6%)
Atacado*	265,4	51%	280,9	47%	(5,5%)
Varejo	59,9	12%	63,7	11%	(6,0%)
América do Norte	190,9	37%	258,0	43%	(26,0%)
Receita líquida total	516,2	100%	602,6	100%	(14,3%)
Intracompanhia	15,4		16,5		

* Excluindo receita intracompanhia

Tabela 4 – Receita líquida por linha de produto

Linha de Produtos	Receita líquida (R\$ milhões)			Volume (ton)			Preço médio (R\$/Kg)		
	1T17	1T16	(A)/(B)	1T17	1T16	(C)/(D)	1T17	1T16	(E)/(F)
	(A)	(B)	%	(C)	(D)	%	(E)	(F)	%
Cama, mesa e banho	224,3	274,2	(18,2%)	7.372	8.656	(14,8%)	30,4	31,7	(4,0%)
Utility bedding	160,6	206,3	(22,2%)	10.789	10.737	0,5%	14,9	19,2	(22,5%)
Produtos intermediários	71,4	58,4	22,3%	6.623	6.611	0,2%	10,8	8,8	22,0%
Varejo	59,9	63,7	(6,0%)						
Total	516,2	602,6	(14,3%)	24.784	26.004	(4,7%)	20,8	23,2	(10,1%)

Tabela 5 – Custo dos produtos vendidos (CPV) e Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas (SG&A) por natureza

Em R\$ milhões	1T17	%	1T16	%	(A)/(B)
	(A)		(B)		%
Materiais	232,9	61,1%	287,3	64,7%	(18,9%)
Custo de conversão e Outros	131,2	34,4%	138,9	31,3%	(5,5%)
Depreciação	17,0	4,5%	17,9	4,0%	(5,0%)
CPV	381,1	100,0%	444,1	100,0%	(14,2%)
CPV, % Receita	73,8%		73,7%		0,1 p.p.
Despesas de vendas	66,3	66,6%	72,4	66,6%	(8,5%)
Despesas gerais e administrativas	33,2	33,4%	36,3	33,4%	(8,5%)
SG&A	99,5	100,0%	108,7	100,0%	(8,5%)
SGA, % Receita	19,3%		18,0%		1,3 p.p.

Tabela 6 – Reconciliação EBITDA

Em R\$ milhões	1T17	1T16	(A)/(B)
	(A)	(B)	%
Lucro (Prejuízo) líquido	(12,0)	(22,2)	n.a.
(+) Imposto de renda e contribuição social	0,3	2,0	(82,4%)
(+) Resultado financeiro	48,3	64,1	(24,8%)
(+) Depreciação e amortização	18,4	19,6	(5,7%)
EBITDA	55,0	63,5	(13,4%)

Tabela 7 – EBITDA por unidade de negócio e margem EBITDA

Em R\$ milhões	1T17	1T16	(A)/(B)
	(A)	(B)	%
América do Sul	37,7	50,8	(25,8%)
Atacado	37,3	52,5	(29,0%)
Varejo	0,4	(1,7)	n.a.
América do Norte	18,3	13,4	36,6%
Despesas não alocáveis	(1,0)	(0,8)	25,0%
EBITDA total	55,0	63,5	(13,4%)
<i>Margem EBITDA %</i>	<i>10,7%</i>	<i>10,5%</i>	<i>0,2 p.p.</i>

Tabela 8 – Resultado Financeiro

Em R\$ milhões	1T17	1T16	(A)/(B)
	(A)	(B)	%
Receitas financeiras	7,7	6,3	22,6%
Despesas financeiras - juros e encargos	(41,4)	(39,2)	5,5%
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros	(15,6)	(16,9)	(7,7%)
Variações cambiais líquidas	1,0	(14,4)	n.a.
Resultado financeiro	(48,3)	(64,1)	(24,8%)

Tabela 9 – Capex

Em R\$ milhões	1T17	1T16
Indústria	8,4	21,0
Varejo	0,2	0,6
Total	8,6	21,5

Tabela 10 – Capital de Giro

Em R\$ milhões	1T17	4T16	1T16	(A)/(B)	(A)/(C)
	(A)	(B)	(C)	%	%
Duplicatas a receber	511,7	517,5	528,9	(1,1%)	(3,3%)
Estoques	545,3	560,2	588,5	(2,7%)	(7,3%)
Adiantamento a fornecedores	37,3	35,6	40,6	4,8%	(8,2%)
Fornecedores	(120,9)	(144,0)	(135,9)	(16,1%)	(11,1%)
Capital de giro	973,4	969,3	1.022,2	0,4%	(4,8%)

Tabela 11 – Endividamento

Em R\$ milhões	1T17	4T16	1T16	(A)/(B)	(A)/(C)
	(A)	(B)	(C)	%	%
Empréstimos e financiamentos	933,4	964,3	800,2	(3,2%)	16,6%
- Moeda nacional	609,4	658,0	602,5	(7,4%)	1,2%
- Moeda estrangeira	323,9	306,3	197,7	5,7%	63,8%
Debênture	140,0	135,0	278,7	3,7%	(49,8%)
Dívida Bruta	1.073,4	1.099,3	1.078,9	(2,4%)	(0,5%)
Caixa e títulos e valores mobiliários	(202,9)	(240,6)	(244,2)	(15,7%)	(16,9%)
Dívida líquida	870,5	858,6	834,7	1,4%	4,3%

Tabela 12 – Principais indicadores da unidade de negócio América do Sul – Atacado

Em R\$ milhões	1T17 (A)	4T16 (B)	1T16 (C)	(A)/(B) %	(A)/(C) %
Receita líquida	280,8	279,4	297,4	0,5%	(5,6%)
(-) Custo dos produtos vendidos	(210,6)	(202,6)	(207,4)	3,9%	1,5%
Lucro bruto	70,2	76,8	90,0	(8,6%)	(22,0%)
Margem Bruta %	25,0%	27,5%	30,3%	(2,5 p.p.)	(5,3 p.p.)
(-) Despesas de SG&A	(49,6)	(46,8)	(51,4)	6,0%	(3,5%)
(-) Outros	(0,1)	(7,5)	(2,2)	n.a.	n.a.
Resultado Operacional	20,5	22,5	36,4	(8,9%)	(43,7%)
(+) Depreciação e Amortização	16,8	16,4	16,1	2,4%	4,3%
EBITDA	37,3	38,9	52,5	(4,1%)	(29,0%)
Margem EBITDA %	13,3%	13,9%	17,7%	(0,6 p.p.)	(4,4 p.p.)
Receita intracompanhia	15,4	13,7	16,5	12,4%	(6,7%)
Receita ex-intracompanhia	265,4	265,7	280,9	(0,1%)	(5,5%)

Tabela 13 – Principais indicadores da unidade de negócio América do Sul – Varejo

Em R\$ milhões	1T17 (A)	4T16 (B)	4T16 ¹ (C)	1T16 (D)	(A)/(C) %	(A)/(D) %
Receita líquida	59,9	65,9	65,9	63,7	(9,1%)	(6,0%)
(-) Custo dos produtos vendidos	(29,4)	(30,4)	(30,4)	(32,5)	(3,3%)	(9,5%)
Lucro bruto	30,5	35,5	35,5	31,2	(14,1%)	(2,2%)
Margem Bruta %	50,9%	53,9%	53,9%	49,0%	(3,0 p.p.)	1,9 p.p.
(-) Despesas de SG&A	(32,0)	(38,5)	(38,5)	(35,1)	(16,9%)	(8,8%)
(-) Outros	0,9	0,5	0,5	(0,3)	80,0%	n.a.
(-) Provisão de desvalorização de ativos	-	(19,1)	-	-	n.a.	n.a.
Resultado Operacional	(0,6)	(21,6)	(2,5)	(4,2)	(76,0%)	(85,7%)
(+) Depreciação e Amortização	1,0	2,3	2,3	2,5	(56,5%)	(60,0%)
(+) Provisão de desvalorização de ativos	-	19,1	-	-	n.a.	n.a.
EBITDA	0,4	(0,2)	(0,2)	(1,7)	n.a.	n.a.
Margem EBITDA %	0,7%	-0,3%	-0,3%	-2,7%	1,0 p.p.	3,4 p.p.
Número de lojas	225	223	223	220	0,9%	2,3%
Própria MMartan	32	35	35	40		
Franquia MMartan	128	126	126	126		
Própria Artex	43	43	43	45		
Franquia Artex	22	19	19	9		
Receita bruta <i>sell out</i>	110,4	123,3	123,3	111,6	(10,4%)	(1,0%)

¹ Excluindo provisão de desvalorização de ativos de R\$ 19,1 milhões no 4T16

Tabela 14 – Principais indicadores da unidade de negócio América do Norte – Atacado

Em R\$ milhões	1T17 (A)	4T16 (B)	4T16 ¹ (C)	1T16 (D)	(A)/(C) %	(A)/(D) %
Receita líquida	190,9	242,2	242,2	258,0	(21,2%)	(26,0%)
(-) Custo dos produtos vendidos	(156,5)	(200,9)	(200,9)	(220,7)	(22,1%)	(29,1%)
Lucro bruto	34,4	41,3	41,3	37,3	(16,7%)	(7,8%)
Margem Bruta %	18,0%	17,1%	17,1%	14,5%	1,0 p.p.	3,6 p.p.
(-) Despesas de SG&A	(16,9)	(22,6)	(22,6)	(21,4)	(25,2%)	(21,0%)
(-) Outros	0,2	7,9	0,7	(3,5)	(71,4%)	n.a.
Resultado Operacional	17,7	26,6	19,4	12,4	(8,8%)	42,7%
(+) Depreciação e Amortização	0,6	0,6	0,6	1,0	0,0%	(40,0%)
EBITDA	18,3	27,2	20,0	13,4	(8,5%)	36,6%
Margem EBITDA %	9,6%	11,2%	8,3%	5,2%	1,3 p.p.	4,4 p.p.

¹ Excluindo resultado não recorrente de R\$ 7,2 milhões no 4T16

Glossário

(a) EBITDA - O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com nossas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício Circular CVM nº 01/2007, quando aplicável. Calculamos nosso EBITDA como nosso lucro operacional antes do resultado financeiro, dos efeitos da depreciação de instalações, equipamentos e demais ativos imobilizados e da amortização do intangível. O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Divulgamos o EBITDA porque o utilizamos para medir nosso desempenho. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicadores de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

(b) Linha de produtos Cama, Mesa e Banho (Cameba) – inclui lençóis e fronhas avulsos, jogos de lençóis, toalhas de mesa, toalhas de banho, tapetes e acessórios para o banheiro.

(c) Produtos intermediários – fios e tecidos, no seu estado natural ou tintos e estampados, vendidos para pequenas e médias confecções, malharias e tecelagens.

(d) Linha de produtos *Utility Bedding* – inclui travesseiros, protetores de colchão e colchas.

(e) Dívida líquida – Dívida bruta menos disponibilidades financeiras.

(f) Receita *sell-out* – Receita do canal de vendas para o consumidor final.

Balanço Patrimonial

Em R\$ milhões	1T17	4T16	1T16
Ativo			
Ativo circulante	1.298,1	1.360,5	1.481,1
Caixa e equivalentes de caixa	124,3	160,4	227,4
Títulos e valores mobiliários	18,0	18,2	1,8
Instrumentos financeiros	-	-	15,0
Duplicatas a receber	491,0	493,2	528,9
Estoques	545,3	560,2	588,5
Adiantamento a fornecedores	37,3	35,6	40,6
Impostos a recuperar	26,6	35,9	29,2
Valores a receber - venda de imobilizado	-	-	11,7
Outros créditos a receber	55,5	57,0	37,9
Ativo não circulante	1.256,4	1.269,2	1.159,9
Realizável a Longo Prazo	412,3	403,9	259,9
Títulos e valores mobiliários	60,5	62,1	-
Valores a receber - Clientes	27,0	24,3	-
Valores a receber - venda de imobilizado	54,9	54,9	39,2
Partes relacionadas	50,0	37,6	32,7
Impostos a recuperar	9,2	9,3	9,6
Imposto de renda e contribuição social diferidos	111,8	113,4	58,2
Imobilizado disponível para venda	48,1	49,2	53,9
Depósitos judiciais	18,4	19,2	20,3
Outros	32,4	34,1	46,0
Permanente	844,1	865,2	900,0
Outros investimentos	-	-	2,0
Imobilizado	729,9	749,3	775,3
Intangível	114,2	116,0	122,7
Total dos ativos	2.554,5	2.629,7	2.641,0

Em R\$ milhões	1T17	4T16	1T16
Passivo			
Passivo circulante	760,5	816,6	778,2
Empréstimos e financiamentos	353,4	383,6	336,0
Debênture	140,0	135,0	144,2
Fornecedores	120,9	144,0	135,9
Impostos e taxas	13,5	13,9	16,6
Obrigações sociais e trabalhistas	57,0	54,5	52,0
Concessões governamentais	17,3	17,6	18,1
Arrendamentos não recuperáveis	7,4	6,3	6,4
Outras contas a pagar	51,1	61,6	68,8
Passivo não circulante	782,9	785,3	823,8
Empréstimos e financiamentos	579,9	580,7	464,2
Debênture	-	-	134,5
Arrendamentos não recuperáveis	14,3	15,5	19,4
Partes relacionadas	4,3	-	0,1
Concessões governamentais	48,5	48,7	49,5
Planos de aposentadoria e benefícios	101,7	106,0	117,8
Provisões diversas	21,4	21,8	22,8
Outras obrigações	12,8	12,6	15,5
Patrimônio líquido	1.011,1	1.027,8	1.039,1
Capital realizado	1.860,3	1.860,3	1.860,3
Reserva de capital	79,4	79,4	79,4
Ajuste de avaliação patrimonial	(36,7)	(36,7)	(33,6)
Ajuste acumulado de conversão	(272,2)	(271,1)	(260,0)
Reservas de lucros	25,2	25,2	25,2
Prejuízo acumulado	(648,3)	(633,9)	(640,7)
Participação dos acionistas não-controladores	3,5	4,7	8,6
Total dos passivos e do patrimônio líquido	2.554,5	2.629,7	2.641,0

Demonstrativo de Resultados

Em R\$ milhões	1T17 (A)	4T16 (B)	4T16 ¹ (C)	1T16 (D)	(A)/(C) %	(A)/(D) %
Receita operacional bruta	632,2	716,3	716,3	726,7	(11,7%)	(13,0%)
Receita operacional líquida	516,2	573,8	573,8	602,6	(10,0%)	(14,3%)
Custo dos produtos vendidos	(381,1)	(420,2)	(420,2)	(444,1)	(9,3%)	(14,2%)
<i>% da Receita Líquida</i>	73,8%	73,2%	73,2%	73,7%	0,6 p.p.	0,1 p.p.
Materiais	(232,9)	(256,0)	(256,0)	(287,3)	(9,0%)	(18,9%)
Custos de conversão e outros	(131,2)	(146,4)	(146,4)	(138,9)	(10,4%)	(5,5%)
Depreciação	(17,0)	(17,8)	(17,8)	(17,9)	(4,5%)	(5,0%)
Lucro bruto	135,1	153,6	153,6	158,5	(12,0%)	(14,8%)
<i>Margem Bruta, %</i>	26,2%	26,8%	26,8%	26,3%	(0,6 p.p.)	(0,1 p.p.)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(99,5)	(108,8)	(108,8)	(108,7)	(8,6%)	(8,5%)
<i>% da Receita Líquida</i>	19,3%	19,0%	19,0%	18,0%	0,3 p.p.	1,2 p.p.
Despesas com vendas	(66,3)	(68,1)	(68,1)	(72,4)	(2,7%)	(8,5%)
<i>% da Receita Líquida</i>	12,8%	11,9%	11,9%	12,0%	1,0 p.p.	0,8 p.p.
Despesas gerais e administrativas	(33,2)	(40,7)	(40,7)	(36,3)	(18,5%)	(8,5%)
<i>% da Receita Líquida</i>	6,4%	7,1%	7,1%	6,0%	(0,7 p.p.)	0,4 p.p.
Outras, líquidas	0,9	0,9	(6,3)	(5,9)	n.a.	n.a.
<i>% da Receita Líquida</i>	0,2%	0,2%	(1,1%)	(1,0%)	1,3 p.p.	1,2 p.p.
Provisão para desvalorização de ativos	-	(19,1)	-	-	n.a.	n.a.
Resultado operacional	36,6	26,6	38,5	43,9	(4,9%)	(16,7%)
<i>% da Receita Líquida</i>	7,1%	4,6%	6,7%	7,3%	0,4 p.p.	(0,2 p.p.)
Resultado financeiro	(48,3)	(55,8)	(55,8)	(64,1)	(13,6%)	(24,8%)
Resultado antes dos impostos	(11,7)	(29,3)	(17,4)	(20,2)	(32,8%)	(42,3%)
IR e CSSL	(0,3)	54,9	54,9	(2,0)	n.a.	n.a.
Lucro (Prejuízo) líquido	(12,0)	25,6	37,5	(22,2)	n.a.	n.a.

¹ Excluindo resultado não recorrente de R\$ 7,2 milhões e provisão para desvalorização de ativos de R\$ 19,1 milhões no 4T16

Demonstrativo de Fluxo de Caixa

Em R\$ milhões	1T17	1T16
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do período	(12,0)	(22,2)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	18,4	19,6
Imposto de renda e contribuição social	0,3	2,0
Resultado na alienação do ativo permanente	(5,1)	1,4
Variações monetárias	(3,1)	-
Variações cambiais	(1,0)	6,3
Juros, encargos e comissões	47,2	33,9
	44,8	41,0
Variações nas contas de ativos e passivos		
Títulos e valores mobiliários	1,7	-
Duplicatas a receber	(6,0)	(48,3)
Estoques	12,0	48,8
Adiantamento a fornecedores	(1,7)	(1,6)
Fornecedores	(18,9)	1,7
Impostos e taxas	1,5	(7,7)
Outros	1,7	(24,2)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	35,2	9,7
Juros pagos sobre empréstimos	(26,6)	(26,5)
Imposto de renda e contribuição social recebidos (pagos)	(2,2)	0,3
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos	6,5	(16,4)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de investimentos permanentes	(3,9)	-
Aquisição de ativo imobilizado	(8,6)	(21,5)
Aquisição de ativo intangível	(0,0)	-
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	10,2	2,0
Empréstimos entre partes relacionadas	(4,4)	(1,6)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(6,7)	(21,1)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Ingresso de novos empréstimos	262,3	319,5
Liquidação de empréstimos	(295,7)	(200,4)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(33,4)	119,1
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controladas no exterior	(2,3)	(4,2)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(36,0)	77,5
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do período	160,4	149,9
No fim do período	124,3	227,4



Este press release pode incluir declarações que representem expectativas sobre eventos ou resultados futuros de acordo com a regulamentação de valores mobiliários brasileira e internacional. Essas declarações estão baseadas em certas suposições e análises feitas pela Companhia de acordo com a sua experiência e o ambiente econômico e nas condições de mercado e nos eventos futuros esperados, muitos dos quais estão fora do controle da Companhia.

Fatores importantes que podem levar a diferenças significativas entre os resultados reais e as declarações de expectativas sobre eventos ou resultados futuros incluem a estratégia de negócios da Companhia, as condições econômicas brasileira e internacional, tecnologia, estratégia financeira, desenvolvimentos dos setores têxtil e de varejo, condições do mercado, incerteza a respeito dos resultados de suas operações futuras, planos, objetivos, expectativas e intenções e outros fatores assim descritos no Formulário de Referência arquivado na Comissão de Valores Mobiliários. Em razão disso, os resultados reais da Companhia podem diferir significativamente daqueles indicados ou implícitos nas declarações de expectativas sobre eventos ou resultados futuros.

Companhia Tecidos Santanense

CNPJ/MF nº 21.255.567/0001-89

Companhia Aberta

Senhores Acionistas,

Submetemos, à sua apreciação, as demonstrações contábeis intermediárias relativas ao primeiro trimestre de 2017, juntamente com o relatório sobre a revisão das informações trimestrais dos Auditores Independentes.

A Santanense faturou R\$113,5 milhões no primeiro trimestre de 2017. O quadro abaixo destaca os principais resultados do primeiro trimestre de 2017 e 2016.

Destques Financeiros Consolidados	R\$ mil		Variação %
	1T17	1T16	
Receita bruta	113.463	110.443	2,7
Receita líquida	93.399	87.757	6,4
Custo dos produtos vendidos	(76.134)	(76.745)	(0,1)
Lucro bruto	17.265	11.012	56,8
<i>(% sobre vendas líquidas)</i>	<i>18,5%</i>	<i>12,5%</i>	
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(12.689)	(12.285)	3,3
EBITDA	7.482	1.782	319,9

Receita líquida

A receita líquida de vendas no primeiro trimestre de 2017 atingiu R\$93,4 milhões. As vendas líquidas da Santanense cresceram 6,4% no primeiro trimestre em relação ao mesmo trimestre de 2016, devido à manutenção dos volumes vendidos e a melhora do mix dos produtos vendidos.

Custo dos produtos vendidos

A Santanense apresentou margem bruta de 18,5% em no primeiro trimestre de 2017 e 12,5% em no mesmo trimestre de 2016. O esforço de redução em alguns custos de conversão, o aprimoramento da linha de produtos e a adequação das capacidades de produção permitiram a Companhia recuperar parcialmente as margens.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas apresentaram um acréscimo inferior à inflação do período.

Resultado operacional

O resultado operacional no primeiro trimestre de 2017 foi de R\$4,6 milhões, revertendo um prejuízo de R\$1,1 milhão no primeiro trimestre de 2016, cujos motivos foram explicados acima.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no primeiro trimestre de 2017 foi uma despesa de R\$2,8 milhões, enquanto que no primeiro trimestre de 2016 foi uma despesa de R\$0,3 milhão. A variação cambial dos empréstimos denominados em dólares, líquidos dos recebíveis decorrentes das exportações, reduziram as despesas financeiras da Companhia no primeiro trimestre de 2016.

Resultado financeiro	R\$ milhões	
	1T17	1T16
Juros e encargos financeiros	(5,1)	(3,7)
Despesas bancárias, descontos	(0,8)	(0,6)
Receitas financeiras	2,3	0,9
Variações cambiais, líquidas	0,8	3,1
Resultado financeiro	(2,8)	(0,3)

Capital circulante líquido

O capital circulante líquido passou de R\$48,3 milhões em dezembro de 2016 para R\$26,6 milhões em março de 2017. O coeficiente de liquidez corrente em março de 2017 foi de 1,15, ou seja, para cada R\$1,00 devido de curto prazo, a Santanense possuía R\$1,15 em recursos de curto prazo.

Montes Claros – MG, 15 de maio de 2017.

A Administração

***Companhia de Tecidos
Norte de Minas - COTEMINAS***

*Demonstrações Contábeis Intermediárias
Individuais e Consolidadas Referentes ao
Trimestre Findo em 31 de Março de 2017 e
Relatório sobre a Revisão de
Demonstrações Contábeis Intermediárias*



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas
Montes Claros - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - (IASB)", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, preparadas pela Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 15 de maio de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 009485/F-0


Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1 SP 124504/O-9 -S -MG

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de Reais)

A T I V O S

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016
CIRCULANTE:					
Caixa e equivalentes de caixa	3	424	286	153.274	183.420
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	44.514	44.431
Duplicatas a receber	5	-	-	576.618	592.389
Estoques	6	-	-	613.309	631.015
Adiantamentos a fornecedores		304	148	42.867	41.012
Impostos a recuperar	20.d	2.001	2.672	29.406	39.313
Imóveis destinados à venda		-	-	1.244	1.245
Outros créditos a receber		252	252	39.947	42.616
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo circulante		2.981	3.358	1.501.179	1.575.441
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Realizável a longo prazo:					
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	60.525	62.057
Valores a receber – clientes	7	-	-	26.963	24.288
Valores a receber – venda de imobilizado	8	-	-	54.880	54.880
Impostos a recuperar	20.d	13.613	13.613	39.668	40.693
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.c	3.928	4.353	137.438	139.634
Partes relacionadas	19	135.045	136.590	88.568	88.856
Imobilizado disponível para venda	11.b	-	-	48.147	49.235
Depósitos judiciais	21	25.313	25.202	52.118	52.776
Outros créditos e valores a receber		2.061	2.061	13.203	13.770
		-----	-----	-----	-----
		179.960	181.819	521.510	526.189
		-----	-----	-----	-----
Investimentos em controladas	9.a	681.429	688.251	-	-
Investimentos em coligadas	9.a	13.576	17.896	13.576	17.896
Imóveis para investimento	10	193.928	193.928	193.928	193.928
Outros investimentos		3.088	3.088	8.034	8.125
Imobilizado	11.a	6.813	6.813	878.914	901.300
Intangível	12	2	2	114.240	115.987
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo não circulante		1.078.796	1.091.797	1.730.202	1.763.425
		-----	-----	-----	-----
Total dos ativos		1.081.777	1.095.155	3.231.381	3.338.866
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016
PASSIVOS					
CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	13	99.766	107.611	595.001	626.086
Debênture	14	-	-	140.011	134.993
Fornecedores	15	-	58	131.370	154.583
Obrigações sociais e trabalhistas		871	814	67.482	63.896
Impostos e taxas		8	-	15.427	15.081
Imposto de renda e contribuição social		-	-	1.977	1.954
Concessões governamentais	16	-	-	17.251	17.617
Arrendamentos não recuperáveis	17	-	-	7.381	6.304
Compra de imóvel para investimento	10	21.436	34.296	21.436	34.296
Outras contas a pagar		11.340	12.174	55.509	66.071
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo circulante		133.421	154.953	1.052.845	1.120.881
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	600.948	608.041
Concessões governamentais	16	-	-	48.483	48.744
Arrendamentos não recuperáveis	17	-	-	14.319	15.463
Partes relacionadas	19	140.690	113.250	527	1.632
Compra de imóvel para investimento	10	64.042	64.042	64.042	64.042
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	20.c	3.377	3.801	8.278	8.737
Provisões diversas	21	12.628	12.518	40.661	40.988
Planos de aposentadoria e benefícios	22	-	-	101.670	106.010
Outras obrigações		24.289	26.375	10.878	10.702
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo não circulante		245.026	219.986	889.806	904.359
		-----	-----	-----	-----
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:					
Capital realizado	18	882.236	882.236	882.236	882.236
Reserva de capital		209.701	209.701	209.701	209.701
Ajuste acumulado de conversão		(111.064)	(110.237)	(111.064)	(110.237)
Ajustes de avaliação patrimonial		(666)	2.374	(666)	2.374
Prejuízos acumulados		(276.877)	(263.858)	(276.877)	(263.858)
		-----	-----	-----	-----
Total da participação dos acionistas controladores		703.330	720.216	703.330	720.216
		-----	-----	-----	-----
PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES					
	9.b	-	-	585.400	593.410
		-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido		703.330	720.216	1.288.730	1.313.626
		-----	-----	-----	-----
Total dos passivos e do patrimônio líquido		1.081.777	1.095.155	3.231.381	3.338.866
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.03.2017	31.03.2016	31.03.2017	31.03.2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26	-	-	599.006	686.747
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	25	-	-	(446.631)	(517.235)
LUCRO BRUTO		-	-	152.375	169.512
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
De vendas	25	-	-	(73.232)	(79.149)
Gerais e administrativas	25	(2.430)	(1.957)	(38.998)	(41.568)
Honorários da administração	25	(400)	(397)	(2.981)	(2.957)
Equivalência patrimonial - controladas	9.a	(4.856)	(15.373)	-	-
Outras, líquidas		669	-	1.657	(6.551)
		(7.017)	(17.727)	38.821	39.287
Equivalência patrimonial – coligadas	9.a	(4.322)	(15.307)	(4.322)	(15.801)
RESULTADO OPERACIONAL		(11.339)	(33.034)	34.499	23.486
Despesas financeiras – juros e encargos		(7.545)	(4.698)	(49.606)	(46.344)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(1.333)	(893)	(15.051)	(15.115)
Receitas financeiras		6.168	6.605	10.363	8.035
Variações cambiais, líquidas		(871)	(8.148)	919	(19.399)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(14.920)	(40.168)	(18.876)	(49.337)
Provisão para imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	20.b	-	-	(909)	(2.010)
Diferido	20.b	-	1.939	(200)	2.437
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(14.920)	(38.229)	(19.985)	(48.910)
ATRIBUÍDO A:					
Participação dos acionistas controladores				(14.920)	(38.229)
Participação dos acionistas não-controladores	9.b			(5.065)	(10.681)
				(19.985)	(48.910)
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO -R\$	27	(0,4870)	(1,2478)		

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(14.920)	(38.229)	(19.985)	(48.910)
Outros resultados abrangentes --				
- Itens que irão impactar o resultado:				
Variação cambial de investimentos no exterior	(827)	(6.627)	(1.496)	(12.718)
	-----	-----	-----	-----
	(827)	(6.627)	(1.496)	(12.718)
	-----	-----	-----	-----
- Itens que não irão impactar o resultado:				
Ganhos (perdas) atuariais em planos de aposentadoria	5	(88)	9	(166)
	-----	-----	-----	-----
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(15.742)	(44.944)	(21.472)	(61.794)
	=====	=====	=====	=====
ATRIBUÍDO A:				
Participação dos acionistas controladores			(15.742)	(44.944)
Participação dos acionistas não-controladores			(5.730)	(16.850)
			-----	-----
			(21.472)	(61.794)
			=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS – COTEMINAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Reserva de capital Incentivos fiscais	Ajuste acumulado de conversão	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total da par- ticipação dos acionistas controladores	Participação dos acio- nistas não- controladores	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	882.236	209.701	(101.291)	4.563	(117.335)	877.874	621.778	1.499.652
Custo atribuído reflexo de coligada	-	-	-	(118)	118	-	-	-
Resultado abrangente:								
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	(38.229)	(38.229)	(10.681)	(48.910)
Varição cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	(864)	-	-	(864)	-	(864)
Reflexo de controladas e coligadas-								
Varição cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	(5.763)	-	-	(5.763)	(6.091)	(11.854)
Perda atuarial em planos de aposentadoria	-	-	-	(88)	-	(88)	(78)	(166)
Total do resultado abrangente	-	-	(6.627)	(88)	(38.229)	(44.944)	(16.850)	(61.794)
Contribuição dos (distribuição aos) acionistas:								
Transações com ações de controlada indireta (nota 9.a1)	-	-	-	-	(1.819)	(1.819)	(3.234)	(5.053)
Total da contribuição dos (distribuição aos) acionistas	-	-	-	-	(1.819)	(1.819)	(3.234)	(5.053)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016	882.236	209.701	(107.918)	4.357	(157.265)	831.111	601.694	1.432.805

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Reserva de capital Incentivos fiscais	Ajuste acumulado de conversão	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total da par- ticipação dos acionistas controladores	Participação dos acio- nistas não- controladores	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	882.236	209.701	(110.237)	2.374	(263.858)	720.216	593.410	1.313.626
Custo atribuído reflexo de coligada	-	-	-	(3.045)	3.045	-	-	-
Resultado abrangente:								
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	(14.920)	(14.920)	(5.065)	(19.985)
Varição cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	(274)	-	-	(274)	-	(274)
Reflexo de controladas e coligadas-								
Varição cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	(553)	-	-	(553)	(669)	(1.222)
Ganho atuarial em planos de aposentadoria	-	-	-	5	-	5	4	9
Total do resultado abrangente	-	-	(827)	5	(14.920)	(15.742)	(5.730)	(21.472)
Contribuição dos (distribuição aos) acionistas:								
Transações com ações de controlada indireta (nota 9.a1)	-	-	-	-	(1.144)	(1.144)	(2.280)	(3.424)
Total da contribuição dos (distribuição aos) acionistas	-	-	-	-	(1.144)	(1.144)	(2.280)	(3.424)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017	882.236	209.701	(111.064)	(666)	(276.877)	703.330	585.400	1.288.730

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2017	31.03.2016	31.03.2017	31.03.2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do período	(14.920)	(38.229)	(19.985)	(48.910)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do período ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	-	-	21.311	22.386
Equivalência patrimonial	9.178	30.680	4.322	15.801
Imposto de renda e contribuição social	-	(1.939)	1.109	(427)
Resultado na alienação de imobilizado	-	-	(6.746)	2.109
Variações monetárias	-	-	116	-
Variações cambiais	871	8.148	(919)	12.007
Juros, encargos e comissões	2.372	740	48.579	38.926
	(2.499)	(600)	47.787	41.892
Variações nas contas de ativos e passivos				
Títulos e valores mobiliários	-	-	(13.951)	1.540
Duplicatas a receber	-	-	7.321	(63.437)
Estoques	-	-	14.750	58.658
Adiantamentos a fornecedores	(157)	-	(1.981)	(1.697)
Fornecedores	(58)	129	(18.896)	15.105
Outros	(1.369)	(3.624)	25.821	(14.390)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(4.083)	(4.095)	60.851	37.671
Juros pagos	(3.171)	(4.023)	(33.629)	(32.887)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(2.639)	(1.041)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos	(7.254)	(8.118)	24.583	3.743
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de investimentos permanentes	-	-	(3.910)	(5.054)
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(9.328)	(17.924)
Aquisição de intangível	-	-	(2)	-
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	-	10.936	2.173
Empréstimos entre partes relacionadas	15.274	12.437	(9.388)	(5.871)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	15.274	12.437	(11.692)	(26.676)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Ingresso de novos empréstimos	-	-	282.024	325.483
Liquidação de empréstimos	(7.882)	(4.375)	(322.761)	(221.706)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(7.882)	(4.375)	(40.737)	103.777
	-----	-----	-----	-----
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controladas no exterior	-	-	(2.300)	(7.333)
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	138	(56)	(30.146)	73.511
	=====	=====	=====	=====
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do período	286	470	183.420	193.668
No fim do período	424	414	153.274	267.179
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	138	(56)	(30.146)	73.511
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2017	31.03.2016	31.03.2017	31.03.2016
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	689.741	783.558
Resultado na alienação de imobilizado	-	-	6.746	(2.109)
	-----	-----	-----	-----
	-	-	696.487	781.449
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(325.957)	(354.680)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.075)	(1.394)	(110.885)	(146.676)
	-----	-----	-----	-----
	(1.075)	(1.394)	(436.842)	(501.356)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(1.075)	(1.394)	259.645	280.093
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	-	-	(21.311)	(22.386)
	-----	-----	-----	-----
	-	-	(21.311)	(22.386)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(1.075)	(1.394)	238.334	257.707
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA				
Equivalência patrimonial	(9.178)	(30.680)	(4.322)	(15.801)
Receitas financeiras	6.168	6.605	10.363	8.035
Variação cambial ativa	1.374	3.224	(1.754)	5.295
Royalties	-	-	3.827	3.748
	-----	-----	-----	-----
	(1.636)	(20.851)	8.114	1.277
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RETER)	(2.711)	(22.245)	246.448	258.984
	=====	=====	=====	=====
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração do trabalho	1.051	828	122.857	123.778
Impostos, taxas e contribuições	1.368	(914)	65.753	76.258
Remuneração de capitais de terceiros	9.790	16.070	77.823	107.858
Remuneração de capitais próprios	(14.920)	(38.229)	(19.985)	(48.910)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO (RETIDO)	(2.711)	(22.245)	246.448	258.984
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE MARÇO DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS (“Companhia”) é uma companhia aberta sediada em Montes Claros – MG e que tem por objeto social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos “CTNM3” e “CTNM4”.

A Companhia é controladora da Springs Global Participações S.A. (“SGPSA”), que é controladora da Coteminas S.A. (“CSA”) e da Springs Global US, Inc. (“SGUS”), companhias que concentram as atividades industriais na área de artigos de cama e banho, anteriormente desenvolvidas pela Companhia e pela Springs Industries, Inc. (“SI”) respectivamente. Em abril de 2009, a controlada SGPSA iniciou as atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca MMartan e, posteriormente, em outubro de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo, com essas duas bandeiras, são operadas pela controlada indireta AMMO Varejo Ltda. (“AMMO”).

A Companhia também é controladora da Oxford Comércio e Participações S.A., que é controladora da Companhia Tecidos Santanense (“CTS”), uma companhia aberta que tem por objeto social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de maio de 2017.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”), elaboradas, simultaneamente, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, bem como as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicadas às informações trimestrais - ITR.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de março de 2017. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros não derivativos--Os instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outros recebíveis de curto e longo prazo, empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar além de outros instrumentos de dívida e patrimônio. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos.

Os instrumentos financeiros classificados no ativo se enquadram na categoria de “Empréstimos e recebíveis” e juntamente com os passivos financeiros, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo

amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

A Companhia não possui ativos financeiros não derivativos, classificados nas seguintes categorias: (i) mantidos para negociação; (ii) mantidos até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda. Também não possui passivos financeiros não derivativos classificados na categoria “Valor justo por meio do resultado”.

(c) Instrumentos financeiros derivativos--Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, a variação de seu valor justo é registrada no resultado, exceto quando há designação do derivativo para hedge de fluxo de caixa, que deverá seguir o método de contabilização descrita para hedge de fluxo de caixa.

O instrumento financeiro derivativo é classificado como hedge de fluxo de caixa quando objetiva proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que sejam atribuíveis tanto a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido quanto a uma operação altamente provável de se realizar ou ao risco de taxa de câmbio de um compromisso firme não reconhecido.

No início da contratação de um derivativo destinado para hedge, a Companhia designa e documenta formalmente o item objeto de hedge, assim como o objetivo da política de risco e a estratégia da transação de hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação a ser protegida, a natureza do risco a ser protegido e como a entidade vai avaliar a efetividade do instrumento de hedge na compensação da exposição a variações no valor justo do item coberto ou dos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto. O objetivo é que tais instrumentos de hedge sejam efetivos para compensar as alterações no valor justo ou fluxos de caixa e são avaliados em uma base contínua para determinar se eles realmente têm sido efetivos durante todo o período para os quais foram designados.

A parcela efetiva do ganho ou perda na variação do valor justo do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”, enquanto qualquer parcela inefetiva é imediatamente reconhecida como receita ou despesa financeira no resultado do período.

Os montantes classificados no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial são alocados ao resultado a cada período em que o item objeto do hedge afetar o resultado, retificando o valor da despesa objeto do hedge.

Se o compromisso firme não tiver mais expectativa de ocorrer, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados para o resultado. Se o instrumento de cobertura de hedge expira ou é vendido, finalizado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua designação como um hedge é revogado, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados ao resultado.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para devedores duvidosos--As duplicatas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para devedores duvidosos, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. As duplicatas a receber decorrentes das vendas do varejo são ajustadas a valor presente com base nas taxas de juros de mercado ou nas taxas de juros da transação e as de curto prazo quando os efeitos são relevantes. As duplicatas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajuste acumulado de conversão" no patrimônio líquido, também demonstrado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(l) Arrendamento mercantil--Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente durante o prazo do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa do padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os aluguéis contingentes, tanto para os arrendamentos financeiros como para os operacionais, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A controlada indireta SGUS constitui provisão para custos de arrendamento não recuperáveis, que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de unidades arrendadas), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas.

(m) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos. A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
UHE - Porto Estrela	35 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada período.

(n) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(o) Avaliação do valor recuperável dos ativos--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do período. As perdas com o ativo imobilizado reconhecidas em outros períodos poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do período e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(p) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 35% a 38%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(q) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(r) Provisões diversas--É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(s) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em “Ajustes de avaliação patrimonial” quando incorridos.

(t) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(u) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão”.

(v) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações incondicionais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (i) a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; (ii) a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iv) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(w) Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)--Essas demonstrações tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias.

(x) Acionistas controladores e não controladores--Nas demonstrações contábeis intermediárias, “acionistas controladores” representam todos os acionistas da Companhia e “não controladores” representam a participação dos acionistas minoritários nas controladas da Companhia.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações

contábeis intermediárias incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as demonstrações contábeis intermediárias da controladora e das seguintes empresas controladas:

	Participação direta e indireta no capital total - %	
	31.03.2017	31.12.2016
Coteminas International Ltd.	100,00	100,00
Coteminas (Sucursal Argentina)	100,00	100,00
Springs Global Participações S.A.	52,92	52,92
Oxford Comércio e Participações S.A.	63,37	63,37
Companhia Tecidos Santanense	56,51	56,51

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação. O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão”. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas não controladores.

A controlada SGPSA, controladora da CSA, SGUS e AMMO, das quais possui 100% do capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

A controlada Oxford Comércio e Participações S.A., controladora da CTS com 85,9% de seu capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

As demonstrações contábeis intermediárias das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Dólar vigente em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, para as contas do balanço patrimonial e pela taxa média mensal para as contas de resultado conforme segue:

	2017	2016	Variação
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	-	3,2591	-
31 de março	3,1684	3,5589	-11,0%
Taxa média:			
31 de março (3 meses)	3,1316	3,8604	-18,9%

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

a) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017. Esses novos pronunciamentos não geraram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis intermediárias.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>
Alterações à IAS 12 — Reconhecimento dos impostos diferidos ativos para perdas não realizadas (*)	<p>As alterações esclarecem que as perdas não realizadas sobre instrumentos de dívida mensurados ao valor justo e que são mensurados ao custo para fins fiscais dão origem a uma diferença temporária dedutível independentemente do titular do instrumento de dívida recuperar o valor contábil do instrumento de dívida pela venda ou utilização. O valor contábil de um ativo não limita a estimativa de lucros tributáveis futuros prováveis.</p> <p>As estimativas para os lucros tributáveis futuros excluem as deduções fiscais resultantes da reversão de diferenças temporárias dedutíveis. Uma entidade avalia um imposto diferido ativo em combinação com outros impostos diferidos ativos. Sempre que a legislação fiscal limitar a utilização de prejuízos fiscais, uma entidade deveria avaliar um imposto diferido ativo em combinação com outros impostos diferidos ativos de mesma natureza.</p>
Iniciativa de divulgação (alterações à norma IAS 1) (*)	<p>As entidades deverão divulgar as seguintes mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento (na extensão necessária): (i) mudanças de fluxos de caixa de financiamento; (ii) mudanças decorrentes da aquisição ou perda de controle de controladas ou outros negócios; (iii) efeito das mudanças nas taxas de câmbio; (iv) mudanças nos valores justos; e (v) outras mudanças.</p> <p>O IASB define os passivos decorrentes de atividades de financiamento como passivos "cujos fluxos de caixa foram ou serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa como atividades de financiamento". O IASB destaca que os novos requerimentos de divulgação estão também relacionados com mudanças nos ativos financeiros quem atendem à mesma definição. As alterações dispõem que uma forma de cumprir a nova exigência é através de uma reconciliação entre os saldos iniciais e finais dos referidos passivos resultantes de atividades de financiamento. As variações dos passivos decorrentes de atividades de financiamento devem ser divulgadas separadamente das mudanças de outros ativos e passivos.</p>
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2014-2016	Alterações em diversas normas.

b) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2017. Todavia, não foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 24 de julho de 2014) (*)	IFRS 9 (2014) foi emitido de forma completa, incluindo os requerimentos anteriormente emitidos e alterações adicionais, que introduzem um novo modelo esperado de perdas com valor recuperável e mudanças limitadas nos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. Com as referidas alterações, o IASB concluiu o projeto para instrumentos financeiros.	Aplicável a exercícios ou exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes (emitida em 28 de maio de 2014) (*)	A norma determina um único modelo abrangente para reconhecimento de receitas resultantes de contratos com clientes e substitui as orientações anteriores. A norma determina como e quando as entidades reconhecerão as receitas, através de um modelo simplificado baseado em cinco passos a ser aplicado a todos os contratos com clientes, e requer divulgações mais informativas e relevantes aos usuários das demonstrações contábeis intermediárias.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2018.
Data efetiva das alterações às normas IFRS 10 e IAS 28 (emitida em 17 de dezembro de 2015) (*)	A adoção inicial obrigatória referente às alterações das normas IFRS 10 e IAS 28 relacionadas com a determinação do ganho ou da perda com transações com empreendimentos controlados em conjunto ou com coligadas foi postergada pelo IASB por prazo indeterminado.	Adoção obrigatória foi postergada pelo IASB por prazo indeterminado.
Alterações à IAS 40 — Transferências de Propriedade para Investimento	Altera o parágrafo 57 para clarificar que a Entidade deve transferir uma propriedade de, ou para, propriedade para investimento apenas se tiver evidência de uma mudança no uso. A mudança no uso ocorre se a propriedade atende, ou deixa de atingir, os critérios para classificação como propriedade para investimento. Uma mudança nas intenções da administração para o uso da propriedade não constitui sozinha evidência de mudança no uso.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16 – Arrendamentos (*)	A norma introduz um modelo único para contabilização de contratos de arrendamento mercantil, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, resultando na contabilização da maioria dos contratos de arrendamento nos balanços das arrendatárias. A contabilidade dos arrendadores permanece substancialmente inalterada e a distinção entre contratos de arrendamento operacional e financeiro é mantida. A norma IFRS 16 substitui a norma IAS 17 e suas interpretações.	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

(*) O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e às IFRICs. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016
Operações compromissadas (*)	-	-	55.454	54.645
Cambiais no exterior (US\$)	-	-	11.037	1.970
Depósitos no exterior	-	-	80.051	122.599
Depósitos em contas correntes	424	286	6.732	4.206
	-----	-----	-----	-----
	424	286	153.274	183.420
	=====	=====	=====	=====

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 90% a 100% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Bancários – CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
Renda fixa no exterior	6.340	6.806
Fundo de investimento – (US\$)	37.591	37.026
Depósitos vinculados (US\$) (2)	60.525	62.057
Depósito restrito (1)	583	599
	-----	-----
	105.039	106.488
Circulante	(44.514)	(44.431)
	-----	-----
Não circulante	60.525	62.057
	=====	=====

(1) Em 31 de março de 2017, a controlada indireta SGUS possuía depósitos restritos em instituições financeiras no valor total US\$184 mil (US\$184 mil em 31 de dezembro de 2016) na condição de “Compensating balance arrangement”.

(2) Refere-se a depósito mantido no exterior, vinculado ao empréstimo tomado junto ao Santander S.A. O rendimento é de 1,3% a.a. e o prazo para resgate coincide com os prazos do referido empréstimo.

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
Clientes no mercado interno	468.591	477.167
Clientes no mercado externo	133.698	138.525
Operadoras de cartão de crédito	6.331	8.120
Partes relacionadas		
Mercado interno	3.463	2.111
Mercado externo	190	2.331
	-----	-----
	612.273	628.254
Provisão para devedores duvidosos	(35.655)	(35.865)
	-----	-----
	576.618	592.389
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 76 dias (71 dias em 31 de dezembro de 2016). Os valores vencidos não são significativos e o saldo da provisão para devedores duvidosos é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com esses títulos.

A composição das contas a receber consolidada por idade de vencimento foi apresentada nas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Não houve mudança significativa na composição das contas a receber por idade de vencimento durante o trimestre findo em 31 de março de 2017. A movimentação da provisão para devedores duvidosos consolidada é como segue:

	31.03.2017	31.12.2016
Saldo no início do período	(35.865)	(38.567)
Adições	-	(5.143)
Baixas	125	7.039
Variação cambial	85	806
	-----	-----
Saldo no final do período	(35.655)	(35.865)
	=====	=====

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
Matéria-prima e secundários	128.749	147.139
Produtos em elaboração	163.114	165.541
Produtos acabados	256.184	251.623
Peças de reposição	65.262	66.712
	-----	-----
	613.309	631.015
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos da provisão para perdas que é, na avaliação da Administração, considerada suficiente para cobrir perdas na realização com estoques descontinuados ou obsoletos. A movimentação da provisão para perdas é como segue:

	31.12.2016	Baixas	Variação cambial	31.03.2017
Matéria-prima e secundários	(1.246)	-	-	(1.246)
Produtos acabados	(9.194)	2.556	256	(6.382)
Peças de reposição	(2.994)	-	-	(2.994)
	-----	-----	-----	-----
	(13.434)	2.556	256	(10.622)
	=====	=====	=====	=====

	31.12.2015	Adições	Variação cambial	31.03.2016
Matéria-prima e secundários	(1.313)	-	-	(1.313)
Produtos acabados	(10.243)	(2.078)	908	(11.413)
Peças de reposição	(1.465)	-	11	(1.454)
	-----	-----	-----	-----
	(13.021)	(2.078)	919	(14.180)
	=====	=====	=====	=====

7. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
Clientes em recuperação extra judicial (a)	21.195	21.545
Financiamento no repasse de lojas (b)	10.198	9.084
Clientes em recuperação extra judicial (c)	2.339	-
Parcelamento de acordo com clientes (d)	487	-
	-----	-----
	34.219	30.629
Circulante (Outros créditos a receber)	(7.256)	(6.341)
	-----	-----
Não circulante	26.963	24.288
	=====	=====

(a) Os valores de clientes em recuperação extra judicial foram negociados para pagamento em 84 parcelas mensais iguais com incidência de taxa equivalente a 80% do índice dos certificados de depósitos interbancários – CDI, com início de pagamento em janeiro de 2017.

(b) Financiamento de repasses de lojas para franqueados, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M.

(c) Pagamento em 28 parcelas mensais iguais.

(d) Repactuação do valores vencidos até 31 de dezembro de 2016, para pagamento em 30 parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M, com início em julho de 2017.

8. VALORES A RECEBER – VENDA DE IMOBILIZADO

Em maio de 2015, a Controlada indireta CSA vendeu imóvel localizado na cidade de Montes Claros – MG, à prefeitura daquela cidade, pelo valor de R\$48.000 à prazo, a ser recebido em 12 parcelas de R\$1.000 cada, mais 24 parcelas de R\$1.500 cada, corrigidas pelo IGP-M desde a assinatura do contrato e com carência de 12 meses para o início dos pagamentos. Tal contrato, em que da matrícula de transferência do imóvel consta cláusula pró-solvendo, foi firmado com o Poder Executivo Municipal após autorização expressa do Poder Legislativo daquele Município. O Poder Executivo entrou na posse do imóvel e iniciou as obras de “retrofit”. A Controlada indireta CSA possui garantia sobre as parcelas a receber, por vínculo das receitas e quotas do Fundo de Participação do Município – FPM.

Em janeiro de 2017, o Poder Executivo do município de Montes Claros, recém empossado, constituiu grupo de trabalho para reavaliar os benefícios econômicos e qualitativos do projeto, para juntos estabelecermos uma nova condição de pagamento do contrato, à luz da atual situação financeira do município.

Em 31 de março de 2017, haviam 11 parcelas vencidas classificadas como ativo não circulante, tendo como pressuposto a atual situação financeira do Município e também a possibilidade do alongamento dos vencimentos do referido crédito. A administração da Companhia, baseada no parecer de seus advogados e em recente atualização do valor de mercado do imóvel, concluiu que atualmente não há expectativas de perdas com esse recebível, seja pela modificação das condições de pagamento ou pela retomada do imóvel.

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

a. Participação dos acionistas controladores:

	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do período	Total dos investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
				31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.03.2016
Investimentos em controladas:							
Springs Global Participações S.A. (1)	1.007.622	52,92	(12.206)	533.187	541.396	(6.459)	(11.903)
Oxford Comércio e Participações S.A.	211.931	63,37	1.004	134.301	133.665	637	(445)
Coteminas International Ltd.	8.852	100,00	947	8.852	8.120	947	(3.002)
Companhia Tecidos Santanense	248.509	2,07	1.089	5.144	5.122	23	(18)
Coteminas (Sucursal Argentina)	(55)	100,00	(4)	(55)	(52)	(4)	(5)
				-----	-----	-----	-----
Total de controladas				681.429	688.251	(4.856)	(15.373)
				=====	=====	-----	-----
Investimentos em coligadas (direto):							
Cantagalo General Grains S.A.	(131.629)	27,50	(11.430)	-	-	-	(8.066)
Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira	44.660	30,40	(14.215)	13.576	17.896	(4.322)	(7.241)
				-----	-----	-----	-----
Total de coligadas				13.576	17.896	(4.322)	(15.307)
				-----	-----	-----	-----
Investimentos em coligadas (indireto):							
Cantagalo General Grains S.A.	(131.629)	1,68	(11.430)	-	-	-	(494)
				-----	-----	-----	-----
Total de coligadas – consolidado				13.576	17.896	(4.322)	(15.801)
				=====	=====	=====	=====

(1) Em janeiro de 2017, a controlada indireta SGUS comprou ações do acionista minoritário da Springs Canada Holdings, aumentando a sua participação de 93,8% para 95,3%, no valor de R\$3.424. Em 2016, a controlada indireta SGUS comprou ações do acionista minoritário da Springs Canada Holdings, aumentando a sua participação de 87,5% para 93,8%, no valor de R\$17.344 (no primeiro trimestre, R\$5.033).

b. Participação dos acionistas não controladores nas controladas:

	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do período	Participação dos acionistas não controladores			
				Nos patrimônios das controladas		Nos resultados das controladas	
				31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.03.2016
Springs Global Participações S.A.	1.007.622	47,08	(12.206)	474.435	481.740	(5.747)	(10.592)
Oxford Comércio e Participações S.A.	211.931	36,63	1.004	77.630	77.263	367	(257)
Companhia Tecidos Santanense	248.509	12,02	1.089	29.871	29.739	131	(109)
Springs Canada Holdings, LLC	73.901	4,70	877	3.464	4.668	184	277
				-----	-----	-----	-----
Total dos acionistas não controladores				585.400	593.410	(5.065)	(10.681)
				=====	=====	=====	=====

c. Informações complementares sobre os investimentos em coligadas:

	Cantagalo General Grains S.A. IAS 16 pleno (1.a)	Cantagalo General Grains S.A. (1)		Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (2)	
		31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016
Ativos circulantes	416.377	416.377	388.824	219.576	208.059
Ativos não circulantes	1.963.067	825.147	895.698	316.940	319.165
Total dos ativos	2.379.444	1.241.524	1.284.522	536.516	527.224
Passivos circulantes	1.208.512	1.208.512	648.015	293.817	275.207
Passivos não circulantes	425.271	183.144	776.338	179.673	174.493
Total dos passivos	1.633.783	1.391.656	1.424.353	473.490	449.700
Patrimônio líquido – Controladora	654.903	(131.629)	(125.795)	44.660	58.875
Receita líquida (1º trimestre)	151.475	151.475	557.996	129.546	107.324
Prejuízo do período - Controladora	(11.430)	(11.430)	(85.672)	(14.214)	(4.346)

(1) Cantagalo General Grains S.A. -- A Cantagalo General Grains S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Magalhaes de Castro, 4.800, 11º andar, sala 2, cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de outubro de 2010 com o objetivo de cultivo de soja, milho, algodão e outros cereais; produção de sementes certificadas, produção de sementes em geral, mudas e outras formas de propagação vegetal certificadas; serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita; fabricação de fertilizantes; comércio nos mercados interno e externo (importação e exportação) de produtos agrícolas, especialmente grãos vegetais e seus derivados, de fertilizantes, suas matérias-primas e seus subprodutos, além de defensivos agrícolas entre outras atividades congêneres. Possui investimentos em controladas e controladas em conjunto, na Tropical Empreendimentos e Participações Ltda., Siqueira Empreendimentos e Participações Ltda., CGG Trading S.A. e Belarina Alimentos S.A.

(1.a) Aplicação plena do IAS 16 pela coligada -- Em 31 de março de 2017, a coligada Cantagalo General Grains S.A. possuía patrimônio líquido devedor de R\$131.629, apurados contabilmente de acordo com o IFRS, IASB e também com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que não permitem a adoção plena do IAS 16 – Imobilizado, o qual prevê a possibilidade de avaliação dos ativos imobilizados a valores de mercado.

Em 31 de março de 2017, a coligada Cantagalo General Grains S.A. contava com um portfólio de 4 glebas de terras sob seu controle, sendo Fazenda Siqueira (Brasnorte - MT), Fazenda Tropical (Barra Grande do Ribeiro - PI), Fazenda Acreúna (Acreúna - GO) e Fazenda Maria da Cruz (Pedras de Maria da Cruz - MG).

A controlada da Cantagalo General Grains S.A., a CGG Trading S.A., na mesma data, possuía concessão para operação do terminal portuário Tegram localizado no porto de Itaqui – MA, cujos benefícios econômicos futuros desse investimento superam significativamente o seu preço de aquisição.

Conforme permitido pelo IAS 16 - Imobilizado, essa Coligada, por meio de consultoria independente e especializada em avaliação patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, apurou o valor de mercado das fazendas de sua propriedade e da concessão de operação portuária possuída por sua controlada, apurando um valor de R\$1.612.345, o que resulta em uma mais valia desses ativos de R\$1.137.920 quando comparados com os valores contábeis históricos, e um acréscimo em seu patrimônio líquido de R\$786.532, líquidos da provisão para impostos e deduzido a participação de acionistas minoritários (investidores diretos na CGG Trading S.A.).

Caso fosse aceita a aplicação plena do IAS 16 no Brasil, o efeito no patrimônio da coligada seria um acréscimo de R\$786.532 e, conseqüentemente, o investimento direto e indireto da Companhia nessa coligada seria uma mais valia de R\$192.803 (R\$181.703 no investimento direto e R\$11.100 no investimento indireto).

(2) Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira -- possui sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída em 12 de agosto de 1872 e é uma companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPIs, destinados a segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade e o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e de silvicultura, bem como a geração, distribuição e transmissão de energia elétrica para consumo próprio, podendo, entretanto, comercializar o excedente de energia elétrica não utilizado.

10. IMÓVEIS PARA INVESTIMENTO

Os saldos consolidados dos imóveis para investimento é conforme segue:

	Fazenda Tropical (1)		Imóveis para renda (2)	Total
	Imóveis para renda	Edifícios e instalações		
Aquisições iniciais em 2016	131.517	12.411	50.000	193.928
	-----	-----	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de março de 2017	131.517	12.411	50.000	193.928
	=====	=====	=====	=====

1) A Companhia, em outubro de 2016, adquiriu imóvel denominado Fazenda Tropical, localizada em Baixa Grande do Ribeiro, Piauí, com 26.949 hectares, de sua coligada Cantagalo General Grains pelo valor total de R\$143.928, a serem pagos da seguinte forma:

	Fazenda Tropical	
	31.03.2017	31.12.2016
Valor da compra	143.928	143.928
Valores pagos	(58.651)	(45.791)
Variação cambial parcela paga	(268)	(268)
Apropriação de juros	469	469
	-----	-----
Total	85.478	98.338
Circulante	(21.436)	(34.296)
	-----	-----
Não circulante	64.042	64.042
	=====	=====

O saldo a pagar inclui a transferência de um financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, ainda em andamento, a ser pago em 10 parcelas anuais no valor de R\$5.258, acrescidas de juros de 3,53% a.a. O financiamento possui garantia do próprio imóvel.

2) A Companhia efetuou adiantamento para investimento em terreno na cidade de Montes Claros – MG, com 214 mil metros quadrados de sua Coligada indireta Encorpar Empreendimentos Imobiliários. Esse terreno completa uma área contígua já de propriedade da Companhia, num total de 549 mil metros quadrados.

11. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado:

Os saldos consolidados de ativos imobilizados são conforme segue:

	Taxa (i) %	31.03.2017			31.12.2016
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	3,5	42.872	(9.079)	33.793	35.452
Edifícios	2,4	448.181	(185.297)	262.884	269.931
Instalações	5,4	286.758	(192.419)	94.339	94.850
Máquinas e equipamentos	5,8	1.344.155	(962.116)	382.039	382.772
UHE - Porto Estrela (ii)	3,8	37.585	(15.514)	22.071	22.428
Usinas (CTS)	4,1	17.809	(9.099)	8.710	8.844
Móveis e utensílios	9,6	47.821	(33.647)	14.174	13.992
Veículos	18,4	17.951	(15.953)	1.998	2.068
Computadores e periféricos	14,8	60.829	(56.999)	3.830	4.252
Obras em andamento	-	47.942	-	47.942	59.262
Outros	10,2	139.446	(132.312)	7.134	7.449
		-----	-----	-----	-----
		2.491.349	(1.612.435)	878.914	901.300
		=====	=====	=====	=====

(i) - Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

(ii) - Vide nota explicativa nº 16 às demonstrações contábeis intermediárias.

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa, a Companhia e suas controladas concluíram que não há indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos consolidados de ativos imobilizados é conforme segue:

Custo:

	31.12.2016	Adições	Baixas	Transferências	Variação cambial	31.03.2017
Terrenos e benfeitorias	44.582	72	(1.751)	-	(31)	42.872
Edifícios	481.090	2	(32.183)	368	(1.096)	448.181
Instalações	284.895	58	(240)	2.023	22	286.758
Máquinas e equipamentos	1.335.694	1.660	(5.066)	13.811	(1.944)	1.344.155
UHE – Porto Estrela	37.584	1	-	-	-	37.585
Usinas (CTS)	17.807	1	-	1	-	17.809
Móveis e utensílios	47.436	152	(442)	948	(273)	47.821
Veículos	17.919	172	-	-	(140)	17.951
Computadores e periféricos	61.945	372	(499)	34	(1.023)	60.829
Obras em andamento	59.262	6.820	(951)	(17.185)	(4)	47.942
Outros	143.042	18	(12)	-	(3.602)	139.446
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	2.531.256	9.328	(41.144)	-	(8.091)	2.491.349
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Depreciação acumulada:

	31.12.2016	Adições	Baixas	Transferências	Variação cambial	31.03.2017
Terrenos e benfeitorias	(9.130)	(471)	516	-	6	(9.079)
Edifícios	(211.159)	(2.607)	27.694	-	775	(185.297)
Instalações	(190.045)	(2.588)	219	8	(13)	(192.419)
Máquinas e equipamentos	(952.922)	(13.364)	2.258	7	1.905	(962.116)
UHE – Porto Estrela	(15.156)	(358)	-	-	-	(15.514)
Usinas (CTS)	(8.963)	(136)	-	-	-	(9.099)
Móveis e utensílios	(33.444)	(573)	139	(15)	246	(33.647)
Veículos	(15.851)	(239)	-	-	137	(15.953)
Computadores e periféricos	(57.693)	(408)	98	-	1.004	(56.999)
Outros	(135.593)	(320)	-	-	3.601	(132.312)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	(1.629.956)	(21.064)	30.924	-	7.661	(1.612.435)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Custo:

	31.12.2015	Adições	Baixas	Transferências	Variação cambial	31.03.2016
Terrenos e benfeitorias	68.494	358	(2.186)	-	(1.106)	65.560
Edifícios	485.985	8	-	552	(4.133)	482.412
Instalações	284.545	4	(4)	(519)	(1.563)	282.463
Máquinas e equipamentos	1.333.726	3.133	(517)	3.332	(13.215)	1.326.459
UHE – Porto Estrela	37.552	24	-	-	-	37.576
Usinas (CTS)	17.236	460	(2)	23	-	17.717
Móveis e utensílios	52.732	567	(276)	-	(1.109)	51.914
Veículos	18.936	95	(71)	(23)	(585)	18.352
Computadores e periféricos	68.415	111	(134)	42	(3.906)	64.528
Obras em andamento	67.066	13.164	(97)	(3.407)	(145)	76.581
Outros	169.053	-	(12)	-	(13.716)	155.325
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	2.603.740	17.924	(3.299)	-	(39.478)	2.578.887
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Depreciação acumulada:

	31.12.2015	Adições	Baixas	Transferências	Variação cambial	31.03.2016
Terrenos e benfeitorias	(23.278)	(1.598)	1.399	-	26	(23.451)
Edifícios	(207.107)	(2.691)	-	-	3.229	(206.569)
Instalações	(180.897)	(2.620)	3	(410)	553	(183.371)
Máquinas e equipamentos	(950.446)	(12.765)	391	-	10.807	(952.013)
UHE - Porto Estrela	(13.722)	(359)	-	-	-	(14.081)
Usinas (CTS)	(8.422)	(138)	2	(9)	-	(8.567)
Móveis e utensílios	(34.738)	(766)	238	-	950	(34.316)
Veículos	(16.092)	(256)	71	9	544	(15.724)
Computadores e periféricos	(63.931)	(553)	134	-	3.813	(60.537)
Outros	(160.036)	(347)	-	410	13.708	(146.265)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	(1.658.669)	(22.093)	2.238	-	33.630	(1.644.894)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificaram ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de mercado, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

Como resultado dessa análise, o valor recuperável de R\$48.147 (R\$49.235 em 31 de dezembro de 2016) foi apresentado como “Imobilizado disponível para venda” no ativo não circulante e, conseqüentemente, eliminado da tabela acima pelo seu valor contábil. A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	31.12.2016	Adições	Baixas	Variação cambial	31.03.2017
Custo	448.763	440	(6)	(11.214)	437.983
Depreciação	(357.329)	(248)	6	8.903	(348.668)
Provisão para perda	(42.199)	-	-	1.031	(41.168)
	-----	-----	-----	-----	-----
	49.235	192	-	(1.280)	48.147
	=====	=====	=====	=====	=====

12. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	35.843	36.821
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	27.303
Marcas	16.334	16.334
Marcas – licença de uso (*)	11.218	11.373
Pontos comerciais (luvas)	23.522	24.136
Outros	20	20
	-----	-----
Total	114.240	115.987
	=====	=====

(*) Marcas - licença de uso: Representa o licenciamento do uso da marca “Santista” na Argentina e é amortizado pelo prazo do contrato em 15 anos.

Anualmente a Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade dos ágios decorrentes de investimentos em outras empresas, realizados pela Companhia ou por suas controladas, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado. A recuperabilidade dos ágios é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade dos ágios, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2016 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,3% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a., tanto para o ágio da controlada indireta SGUS, na aquisição de empresas norte-americanas, quanto para o ágio da controlada SGPSA referente à aquisição da AMMO. As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no período foi como segue:

	Saldos em 31.12.2016	Adições e (baixas)	Amorti- zação	Variação cambial	Saldos em 31.03.2017
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	36.821	-	-	(978)	35.843
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	-	-	-	27.303
Marcas – próprias	16.334	-	-	-	16.334
Marcas – licença de uso	11.373	(155)	-	-	11.218
Pontos comerciais (luvas)	24.136	(614)	-	-	23.522
Outros	20	-	-	-	20
Total	115.987	(769)	-	(978)	114.240

	Saldos em 31.12.2015	Adições e (baixas)	Amorti- zação	Variação cambial	Saldos em 31.03.2016
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	43.929	-	-	(3.537)	40.392
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	-	-	-	27.303
Marcas	16.307	-	-	-	16.307
Pontos comerciais (luvas)	39.643	(928)	-	-	38.715
Outros	22	-	-	-	22
Total	127.204	(928)	-	(3.537)	122.739

Os ativos intangíveis descritos acima (exceto “Marcas – licença de uso”) possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizados, mas testados anualmente quanto ao seu valor recuperável. As marcas estão registradas ao custo de aquisição. Os valores referentes aos pontos comerciais estão registrados pelo custo de aquisição do respectivo ponto de venda deduzidos de provisão para desvalorização, baseado em seu valor de mercado determinado por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Venci- mento	Consolidado	
				31.03.2017	31.12.2016
Moeda nacional:					
BNDES (Finame)	R\$	2,5 a 9,5	2023	8.671	9.385
Banco do Brasil S.A. (a)	R\$	128,6 a 138,4 do CDI	2017	65.133	82.124
Bradesco S.A.	R\$	140,9 a 143,8 do CDI	2017	19.552	31.437
Banco do Brasil S.A. (NCI/NCE) (a), (d)	R\$	125,5 a 133,0 do CDI	2021	374.259	398.904
Banco Votorantim S.A. (a)	R\$	114,0 do CDI	2017	40.208	41.730
Banco Santander S.A.	R\$	129,9 do CDI	2018	52.910	50.888
Banco Itaú BBA S.A.	R\$	125,0 do CDI	2017	101.431	104.237
Bradesco S.A. (Capital de giro/CCB) (a)	R\$	135,0 e 137,5 do CDI	2018	19.743	22.739
Banco Santander S.A.	R\$	8,0	2017	14.591	14.603
Banco do Brasil S.A. CDC	R\$	16,9 a 17,2	2017	52.257	45.562
Banco BBM S.A.	R\$	136,7 do CDI	2018	20.175	20.153
BDMG	R\$	107,3 do CDI	2019	17.178	16.632
Outros	R\$	-	2023	57	66
				-----	-----
				786.165	838.460
Moeda estrangeira:					
Wells Fargo Bank, N.A. (b)	US\$ e CAD\$	2,2 a 4,5	2021	110.404	147.319
Banco Santander S.A. PPE (c)	US\$	89,0 e 103,0 do CDI	2020	164.568	102.740
Banco Patagonia	\$ARG	25,0 e 28,0	2018	19.639	19.574
Banco Santander S.A.	US\$	6,4 e 7,3	2017	5.754	12.663
Banco do Brasil S.A.	US\$	3,6 e 6,5	2017	52.723	56.423
JP Morgan	US\$	Libor + 0,85	2017	20.944	20.804
Banco Industrial do Brasil S.A. (a)	US\$	6,5	2017	32.582	32.985
Banco Frances	\$ARG	25,0	2017	3.170	3.159
				-----	-----
				409.784	395.667
				-----	-----
Total				1.195.949	1.234.127
Circulante				(595.001)	(626.086)
				-----	-----
Não circulante				600.948	608.041
				=====	=====

(a) Empréstimos mantidos em parte pela controladora.

(b) Em 30 de março de 2016, a controlada indireta SGUS obteve uma linha de crédito rotativo com o Wells Fargo Bank, N.A. no valor de US\$63.575, incluindo US\$60.000 com prazo de cinco anos e US\$3.575 com prazo de três anos. A linha de crédito rotativo limita determinadas atividades da SGUS como, vendas de ativos e a contratação de novos empréstimos. Substancialmente, os ativos da SGUS foram dados como garantia nos termos do contrato do empréstimo.

(c) Empréstimo com garantia de títulos e valores mobiliários em dólares vinculada no valor de US\$18.900 mil (vide nota explicativa nº 4). Inclui contrato no valor de R\$61.269 efetuado pela controlada indireta CSA em março de 2017, com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controlada SGPSA, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em seu balanço consolidado: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,5 vezes em 2017; 3,25 vezes em 2018; 3,0 vezes em 2019; (ii) razão entre dívida financeira líquida e patrimônio líquido no máximo 0,7 vezes durante o período do contrato e (iii) razão entre o EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes.

(d) Inclui contratos repactuados pela controlada CSA em novembro de 2016, no valor de R\$328.923 com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controlada SGPSA, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre

Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 4,0 vezes em 2017; 3,5 vezes em 2018; 3,0 vezes em 2019, em seu balanço consolidado.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de Montes Claros - MG, gravados em 1º grau, além de fiança da Companhia e seus controladores; e (ii) por avais e garantias bancárias para os demais financiamentos.

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2018		2019	2020 a 2023	Total	
	2017	Curto prazo				Longo prazo
Moeda nacional:						
BNDES (Finame)	2.107	712	2.090	2.070	1.692	8.671
Banco do Brasil S.A.	65.133	-	-	-	-	65.133
Bradesco S.A.	19.552	-	-	-	-	19.552
Banco do Brasil S.A. (NCI/NCE)	47.350	-	-	108.970	217.939	374.259
Banco Votorantim S.A.	40.208	-	-	-	-	40.208
Banco Santander S.A.	40.428	-	12.482	-	-	52.910
Banco Itaú BBA S.A.	101.431	-	-	-	-	101.431
Bradesco S.A. (Capital de giro/CCB)	12.312	3.900	3.531	-	-	19.743
Banco Santander S.A.	14.591	-	-	-	-	14.591
Banco do Brasil S.A. CDC	52.257	-	-	-	-	52.257
Banco BBM S.A.	8.746	2.857	8.572	-	-	20.175
BDMG	1.447	1.939	6.206	7.586	-	17.178
Outros	39	-	3	5	10	57
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	405.601	9.408	32.884	118.631	219.641	786.165
Moeda estrangeira:						
Wells Fargo Bank, N.A.	-	-	-	-	110.404	110.404
Banco Santander S.A. PPE	54.615	10.123	59.801	29.901	10.128	164.568
Banco Patagonia	81	-	19.558	-	-	19.639
Banco Santander S.A.	5.754	-	-	-	-	5.754
Banco do Brasil S.A.	52.723	-	-	-	-	52.723
JP Morgan	20.944	-	-	-	-	20.944
Banco Industrial do Brasil S.A.	32.582	-	-	-	-	32.582
Banco Frances	3.170	-	-	-	-	3.170
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	169.869	10.123	79.359	29.901	120.532	409.784
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total	575.470	19.531	112.243	148.532	340.173	1.195.949
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

14. DEBÊNTURE

Por meio de contrato de negociação privada de debênture, em 30 de maio de 2014, a controlada indireta CSA emitiu uma debênture não conversível em ações, com as características abaixo, a qual, em 7 de julho de 2014, foi integralmente subscrita pelo Banco Votorantim. Posteriormente, o banco alienou a Debênture à Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Gaia"), a qual passou a fazer jus ao recebimento do valor total da dívida da controlada indireta CSA representada pela Debênture, acrescido da remuneração da Debênture e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, que são as seguintes:

Características da Debênture

Quantidade de debênture emitida	1
Valor unitário da debênture (valor em reais)	R\$270.000.000
Amortização	2 parcelas iguais
Vencimento 1ª parcela	13/06/2016
Vencimento 2ª parcela	13/06/2017
Remuneração	110% do CDI
Amortização dos juros	Semestrais
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenant)	(2)

A Debênture foi objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sendo subscrita pelo Banco Votorantim.

Em 11 de junho de 2014, foi firmado com a Gaia Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agro Negócio da 1ª Série da 3ª Emissão de Certificados Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), vinculando a Debenture à emissão dos CRA.

Em 3 e 7 de julho de 2014, foram publicados anúncios de início e encerramento, respectivamente, de distribuição dos CRA, sendo emitidos e subscritos todos os 864 CRA de valor unitário de R\$312,5, perfazendo o total da oferta no valor de R\$270.000, com remuneração e garantias idênticas às da Debênture que lhe dá lastro.

Os recursos ingressaram na controlada indireta CSA na data da subscrição dos CRA. As despesas de emissão da Debênture e de emissão dos CRA, no valor de aproximadamente R\$7.700, equivalentes a 2,85% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos da Debênture, na proporção de seu saldo devedor.

Os saldos, em 31 de março de 2017, eram assim compostos.

	Valor original	Encargos antecipados	Juros provisionados	Saldos em 31.03.2017	Saldos em 31.12.2016
Total circulante	135.000	(517)	5.528	140.011	134.993
	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Garantias:

Garantia Real: Imóveis da controlada indireta CSA cujo valor de avaliação é superior a 120% do valor de emissão dos CRA. A qualquer momento, poderão ser alienados um ou mais imóveis a critério da controlada indireta CSA e sem anuência dos titulares dos CRA, desde que: (i) tal alienação não diminua a razão de 120% de garantia das obrigações garantidas junto aos titulares dos CRA; e (ii) a controlada indireta CSA use o valor líquido dos imóveis alienados para amortização de financiamentos bancários.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela controlada SGPSA.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

Além de cláusulas usuais de vencimento antecipado, a controlada indireta CSA comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: (i) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado,

igual ou inferior a 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) durante o ano de 2014; (ii) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,10 (quatro inteiros e dez centésimos) durante o ano de 2015; (iii) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,00 (quatro inteiros) durante o ano de 2016; (iv) razão entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido, igual ou inferior a 0,7 (sete décimos); e (v) razão entre EBITDA Ajustado e Juros, igual ou superior a 2 (dois inteiros). Os índices previstos nos itens (iv) e (v) estão previstos para todo o período do contrato. Os termos utilizados para descrever os índices tem sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis. Em 31 de março de 2017, todos os índices acima foram atendidos pela controlada indireta CSA.

15. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
Fornecedores no mercado interno	52.103	51.452
Fornecedores no mercado externo	79.267	103.131
	-----	-----
	131.370	154.583
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de, aproximadamente 27 dias (29 dias em 31 de dezembro 2016).

16. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada indireta CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da Companhia, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997
 Prazo de concessão: 35 anos
 Valor total da concessão: R\$333.310
 Atualização monetária: IGP-M

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	6.237	596.809	971.941
	=====	=====	=====

Para fins contábeis, a CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros, atualizada pelo IGP-M. Em 31 de março de 2017, esse valor representava R\$65.734, sendo R\$17.251 classificados no passivo circulante e R\$48.483 classificados no passivo não circulante (R\$66.361, sendo R\$17.617 classificados no passivo circulante e R\$48.744 classificados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2016).

Os valores consignados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 31 de março de 2017, somam R\$22.071 (R\$22.428 em 31 de dezembro de 2016) (vide nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis intermediárias) e consideram a participação da CSA nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antonio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A controlada indireta SGUS aluga imóveis e equipamentos sob a condição de “leasing” operacional. O total da despesa com o arrendamento mercantil no trimestre findo em 31 de março de 2017 foi de R\$9.525 (R\$11.371 no trimestre findo em 31 de março de 2016). A controlada indireta SGUS concedeu a terceiros o subarrendamento mercantil (“sub-leasing”) de algumas localidades onde não havia mais o benefício econômico sobre o arrendamento pago. O total de receita com o subarrendamento mercantil no trimestre findo em 31 de março de 2017 foi de R\$3.434 (R\$4.503 no trimestre findo em 31 de março de 2016).

Prestações previstas para os próximos anos são estimadas na tabela abaixo:

Anos	2017
2017 (*)	25.471
2018	32.986
2019	29.596
2020	27.334
2021	27.556

(*) 9 meses

A partir de 2021, as prestações continuam decrescentes até o final dos contratos que terminam em diversas datas até 2030, totalizando R\$198.234.

Para o período de 2017 a 2025, o total das prestações de subarrendamento mercantil a receber pela controlada indireta SGUS é de R\$41.968.

A controlada indireta SGUS possui provisão de curto e longo prazo que totaliza R\$21.700 (R\$21.767 em 31 de dezembro 2016), que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de algumas unidades fabris nos EUA), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas. Esse potencial de subarrendamento poderia resultar numa redução de R\$164.682 nas obrigações demonstradas na tabela acima.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está representado como segue:

	Nº de ações	
	31.03.2017	31.12.2016
Ordinárias	13.912.800	13.912.800
Preferenciais	16.723.657	16.723.657
	-----	-----
	30.636.457	30.636.457
	=====	=====

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação; (b) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas aos acionistas controladores alienantes, assegurando o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

19. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016
Controladora:				
Wembley S.A.	26.983	25.855	-	-
Coteminas International Ltd.	54.927	55.904	-	-
Innotex International Ltd.	8.276	8.449	-	-
Coteminas S.A.	-	-	87.468	76.101
Companhia Tecidos Santanense	-	-	53.222	36.012
Empr.Nac.Com.Rédito e Particip. S.A. – ENCORPAR	44.859	46.382	-	-
Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	1.137
	-----	-----	-----	-----
	135.045	136.590	140.690	113.250
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Wembley S.A.	26.983	25.855	527	496
Innotex International Ltd.	8.276	8.449	-	-
Holtex Inc.	982	489	-	-
Empr.Nac.Com.Rédito e Particip. S.A. – ENCORPAR	52.208	53.941	-	-
Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	1.136
Seda, Inc.	119	122	-	-
	-----	-----	-----	-----
	88.568	88.856	527	1.632
	=====	=====	=====	=====

	Encargos financeiros (consolidado)	
	31.03.2017	31.03.2016
Wembley S.A.	1.014	1.763
Empr.Nac.Com.Rédito e Particip. S.A. – ENCORPAR	1.677	477
JAGS-José Alencar Gomes da Silva	28	37
Innotex International Ltd.	61	66
Seda S.A.	4	16
Encorpar Empr. Imob. Ltda.	(46)	(3)
	-----	-----
	2.738	2.356
	=====	=====

Os saldos mantidos com partes relacionadas possuem vencimento de longo prazo, e os encargos são calculados de acordo com as taxas equivalentes às praticadas pelo mercado financeiro, ou seja, de 115% à 120% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI e LIBOR mais 3% a.a. para empresas sediadas no exterior.

Em Reunião do Conselho de Administração da controlada SGPSA, realizada em 29 de dezembro de 2015, foi autorizado o pagamento de comissão de 2% (dois por cento ao ano), limitado ao valor cumulativo de R\$47.750 sobre avais/garantias prestados pela Companhia sobre empréstimos e financiamentos tomados pela controlada SGPSA e suas controladas. Em 31 de março de 2017, o valor de R\$33.476 estava contabilizado, sendo R\$9.187 na rubrica “Outros créditos a receber” no ativo circulante (R\$9.811 em 31 de dezembro de 2016) e R\$24.289 na rubrica “Outros” no ativo não circulante (R\$26.375 em 31 de dezembro de 2016), referentes a avais sobre contratos e linhas de créditos já existentes. No primeiro trimestre de 2017, foi apropriado o valor de R\$2.711 como receita financeira na rubrica “Despesas bancárias, impostos, descontos e outros” (R\$3.354 no primeiro trimestre de 2016). Esses valores são

eliminados no balanço consolidado.

A Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda., empresa ligada, e a controlada Santanense possuem contrato de locação do imóvel onde se situam os escritórios da controlada. No primeiro trimestre de 2017, foram provisionados como despesa administrativa, R\$115 (R\$101 no primeiro trimestre de 2016).

Os valores pagos a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego existentes.

20. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS IMPOSTOS

a. Incentivos fiscais

Todas as unidades fabris da controlada indireta CSA, sediadas no Brasil (exceto a unidade de Blumenau – SC) e uma unidade da controlada indireta Companhia Tecidos Santanense, estão localizadas na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, beneficiando-se de incentivos fiscais federais e estaduais.

Os incentivos fiscais federais e estaduais da Companhia e de suas unidades fabris estão programados para expirar em diferentes datas, dependendo da instalação industrial em questão. Os incentivos federais tinham validade até 31 de dezembro de 2016 e os incentivos estaduais têm validade até 31 de dezembro de 2021.

b. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2017	31.03.2016	31.03.2017	31.03.2016
Resultado antes dos impostos	(14.920)	(40.168)	(18.876)	(49.337)
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	9.178	30.680	4.322	15.801
Receitas não tributadas	-	-	(8.194)	(12.142)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	(75)	(62)
Outras, líquidas	90	97	572	348
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	(5.652)	(9.391)	(22.251)	(45.392)
Alíquota de 34%	1.922	3.193	7.565	15.433
Créditos fiscais não constituídos	(1.925)	(1.257)	(8.466)	(14.837)
Outros	3	3	(208)	(169)
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	-	1.939	(1.109)	427
	-----	-----	-----	-----
Imposto sobre o lucro - corrente	-	-	(909)	(2.010)
Imposto sobre o lucro - diferido	-	1.939	(200)	2.437
	=====	=====	=====	=====

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia pode vir a constituir créditos tributários.

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados são compostos como segue:

	Saldos em 31.12.2016	Reconhe- cidos no resultado	Varição cambial	Outros	Saldos em 31.03.2017
Ativo:					
Prejuízo fiscal, líquido (Companhia)	3.454	(423)	-	(1)	3.030
Diferenças temporais (Companhia)	918	-	-	-	918
Diferenças temporais (CSA - Argentina) (1)	1.482	-	-	27	1.509
Diferenças temporais (CSA – Brasil) (1)	18.112	(1.495)	-	-	16.617
Prejuízo fiscal, líquido (CSA – Brasil) (1)	27.368	1.495	-	-	28.863
Créditos fiscais de controlada no exterior (CSA – Brasil) (1)	7.167	-	-	-	7.167
Prejuízo fiscal, líquido (SGUS – EUA) (2)	54.583	-	(1.519)	-	53.064
Diferenças temporais (AMMO – Brasil)	728	-	-	(80)	648
Prejuízo fiscal, líquido (AMMO – Brasil)	2.042	-	-	-	2.042
Prejuízo fiscal, líquido (SGPSA – Brasil)	1.906	-	-	-	1.906
Diferenças temporais (Santanense) (3)	4.214	5	-	-	4.219
Prejuízo fiscal, líquido (Santanense) (3)	17.660	(206)	-	1	17.455
	-----	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	139.634	(624)	(1.519)	(53)	137.438
	=====	=====	=====	=====	=====
Passivo:					
Diferenças temporais (Companhia)	(3.375)	424	-	-	(2.951)
Deságio em controlada (Companhia)	(426)	-	-	-	(426)
Diferenças temporais (Oxford)	(313)	-	-	35	(278)
Deságio em controlada (Oxford)	(4.623)	-	-	-	(4.623)
	-----	-----	-----	-----	-----
Passivo não circulante	(8.737)	424	-	35	(8.278)
	=====	=====	=====	=====	=====

Em 31 de março de 2017, a Companhia possuía R\$153.118 em prejuízos fiscais (R\$148.001 em 31 de dezembro de 2016) e R\$166.814 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$161.663 em 31 de dezembro de 2016), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

(1) Impostos diferidos da controlada indireta CSA:

A controlada indireta CSA, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Controlada, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o conseqüente custo da

dívida, dentre outras ações. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração daquela controlada possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados como segue:

Ano	CSA - Controladora		Controlada Argentina	CSA - Consolidado
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais (*)		
2017	9.144	(9.144)	1.509	1.509
2018	-	618	-	618
2019	-	2.153	-	2.153
2020	-	5.084	-	5.084
2021	-	7.941	-	7.941
2022	-	9.419	-	9.419
2023 e 2024	7.473	19.959	-	27.432
	-----	-----	-----	-----
	16.617	36.030	1.509	54.156
	=====	=====	=====	=====

(*) Inclui compensação de impostos pagos na Argentina.

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não tem prazo para prescrição.

Adicionalmente, em 31 de março de 2017, a controlada indireta CSA possuía R\$641.143 em prejuízos fiscais (R\$611.503 em 31 de dezembro de 2016) e R\$646.808 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$617.531 em 31 de dezembro de 2016), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

(2) Impostos diferidos da controlada indireta SGUS:

A controlada indireta SGUS, com base em plano de negócios e projeções futuras, mantém ativos fiscais diferidos decorrentes, principalmente, de prejuízos fiscais acumulados. Em 31 de dezembro de 2016, baseada na revisão das projeções futuras dos seus resultados operacionais e no histórico de lucratividade dos últimos 3 anos, a controlada SGUS concluiu que o valor de R\$54.583 é considerado realizável e reduziu a provisão nesse mesmo montante. Em 31 de março de 2017, o saldo de impostos diferidos ativos é de R\$53.064, devido a variação cambial no trimestre.

As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Companhia para os próximos 5 anos. Com base em premissas conservadoras utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da SGUS possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos.

A expectativa de realização dos impostos diferidos ativos, em 31 de março de 2017, é como segue:

<u>Ano</u>	<u>SGUS</u>
2017	18.873
2018	10.449
2019	9.369
2020	8.324
2021	6.049

	53.064
	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável e não têm prazo para prescrição. Os prejuízos fiscais também são dedutíveis integralmente, mas possuem prazos de prescrição, tendo, os prejuízos fiscais federais, validade entre 2022 a 2034 e, os estaduais, validade entre 2017 a 2034.

Adicionalmente, em 31 de março de 2017, a controlada indireta SGUS possui saldo de R\$773.609 em prejuízos fiscais (R\$795.755 em 31 de dezembro de 2016), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

(3) Impostos diferidos da controlada indireta Santanense:

A Santanense, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da controlada, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos como segue:

<u>Ano</u>	<u>Santanense</u>		<u>Total</u>
	<u>Diferenças temporárias</u>	<u>Prejuízos fiscais</u>	
2017	1.054	1.033	2.087
2018	-	949	949
2019	-	1.668	1.668
2020	-	2.238	2.238
2021	-	2.841	2.841
2022 e 2023	3.165	8.726	11.891
	-----	-----	-----
	4.219	17.455	21.674
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

d. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	-	-	20.916	21.646
Imposto de renda e contribuição social antecipados	1.391	2.671	23.596	30.747
PIS e COFINS a recuperar	8.210	8.210	9.268	9.375
IVA/ingressos brutos – Argentina	-	-	5.489	8.898
VAT – China e México	-	-	1.206	1.034
IPI a recuperar	-	-	167	92
Imposto sobre o lucro líquido – ILL	5.341	5.341	5.341	5.341
Outros impostos a recuperar	672	63	3.091	2.873
	-----	-----	-----	-----
	15.614	16.285	69.074	80.006
Ativo circulante	(2.001)	(2.672)	(29.406)	(39.313)
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	13.613	13.613	39.668	40.693
	=====	=====	=====	=====

21. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos, reclamações cíveis e trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$98.158 e R\$18.143, respectivamente.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016
Processos fiscais:				
Contribuição social	-	-	791	791
CPMF	-	-	4.317	4.317
INSS	2.470	2.470	5.295	5.295
PIS e COFINS	1.250	1.250	4.511	4.511
IPI bandeira estrangeira	3.728	3.728	3.728	3.728
Outras	398	398	1.698	1.696
Trabalhistas	1.037	927	14.131	14.128
Cíveis e outras	3.745	3.745	6.190	6.522
	-----	-----	-----	-----
	12.628	12.518	40.661	40.988
	=====	=====	=====	=====
Depósitos judiciais	25.313	25.202	52.118	52.776
	=====	=====	=====	=====

Contribuição social – A Companhia é pólo ativo em ação contra a Secretaria da Receita Federal para afastar a contribuição social sobre o lucro operacional de suas plantas sediadas na região da SUDENE. Em 2013, após sucessivas perdas, a Companhia encerrou o processo principal,

restando pendente apenas outras demandas de menor valor de suas controladas.

CPMF – A controlada SGPSA é pólo ativo em ação de mandado de segurança para afastar a incidência da CPMF sobre as operações de câmbio simbólico realizadas na operação de conferência internacional de ações por investidor estrangeiro.

INSS – Discussão administrativa referente a lançamento fiscal na Companhia e suas controladas indiretas CSA e CTS. As controladas indiretas CSA e CTS são polos ativos em ação contra a Fazenda Nacional questionando a incidência da contribuição sobre verbas consideradas indenizatórias e do FAP (Fator Acidentário de Prevenção).

PIS e COFINS – A Companhia e suas controladas são polo ativos em demanda contra a Receita Federal questionando a inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS.

IPI Bandeira Estrangeira – A Companhia é polo ativo em ação judicial que visa contestar a incidência do IPI sobre a aquisição de aeronave através de leasing.

Trabalhistas – A Companhia e suas controladas são polos passivos em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis – A Companhia e sua controlada indireta CSA são polos ativos em ações judiciais contra a União questionando a legalidade da COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

Pedido de restituição e compensação (PERDCOMP) – A Companhia é polo ativo em ação de repetição de indébito que está questionando a aplicação retroativa da IN323/2005, que determina prazos para a entrega da PERDCOMP.

As movimentações de provisões diversas consolidadas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 31.12.2016	Adições	Baixas	Saldos em 31.03.2017
Processos fiscais:				
Contribuição social	791	-	-	791
CPMF	4.317	-	-	4.317
INSS	5.295	-	-	5.295
PIS e COFINS	4.511	-	-	4.511
IPI Bandeira Estrangeira	3.728	-	-	3.728
Outras	1.696	2	-	1.698
Trabalhistas	14.128	640	(637)	14.131
Cíveis e outras	6.522	15	(347)	6.190
	-----	-----	-----	-----
	40.988	657	(984)	40.661
	=====	=====	=====	=====

22. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, os funcionários da controlada indireta SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada indireta SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada indireta SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuir com um percentual de suas remunerações para alguns planos de

contribuição definida, a controlada indireta SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada indireta SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada indireta SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada indireta SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA (“Employee Retirement Income Security Act”) e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada indireta SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão em 31 de março de 2017 e 2016:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	268	163
Custo dos juros, líquido	926	1.253
	-----	-----
Custo líquido do benefício	1.194	1.416
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada indireta SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 45% a 63% em investimentos de renda variável e 37% a 55% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada indireta SGUS.

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Provisão para plano de pensão	106.268	110.427
Outras provisões de benefícios a funcionários	5.247	5.710
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	111.515	116.137
Circulante (a)	(9.845)	(10.127)
	-----	-----
Não circulante	101.670	106.010
	=====	=====

(a) Incluída na rubrica “Obrigações sociais e trabalhistas”.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016
ATIVOS --				
CIRCULANTE:				
Caixa e equivalentes de caixa	424	286	153.274	183.420
Títulos e valores mobiliários	-	-	44.514	44.431
Duplicatas a receber	-	-	576.618	592.389
Outros créditos a receber	252	252	39.947	42.616
NÃO CIRCULANTE:				
Realizável a longo prazo:				
Títulos e valores mobiliários	-	-	60.525	62.057
Partes relacionadas	135.045	136.590	88.568	88.856
Valores a receber de clientes	-	-	26.963	24.288
Valores a receber – venda de imobilizado	-	-	54.880	54.880
Outros créditos e valores a receber	2.061	2.061	13.203	13.770
PASSIVOS --				
CIRCULANTE:				
Empréstimos e financiamentos	99.766	107.611	595.001	626.086
Debenture	-	-	140.011	134.993
Fornecedores	-	58	131.370	154.583
Arrendamentos não recuperáveis	-	-	7.381	6.304
Compra de imóvel para investimento	21.436	34.296	21.436	34.296
Outras contas a pagar	11.340	12.174	55.509	66.071
NÃO CIRCULANTE:				
Empréstimos e financiamentos	-	-	600.948	608.041
Arrendamentos não recuperáveis	-	-	14.319	15.463
Partes relacionadas	140.690	113.250	527	1.632
Compra de imóvel para investimento	64.042	64.042	64.042	64.042
Outras obrigações	24.289	26.375	10.878	10.702

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações contábeis intermediárias em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (TJLP, CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros de curto prazo, a Companhia estima que seus valores justos

aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, todos os instrumentos financeiros listados acima são classificados como "Empréstimos e recebíveis", no caso de ativos, ou "Outros passivos financeiros", no caso de passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados nas políticas e diretrizes da Companhia e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

<u>Total dos investimentos no exterior</u>	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Investimentos em controladas	145.278	130.948
	-----	-----
Em milhares de Dólares equivalentes	45.852	40.179
	=====	=====

d.3.2 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros não derivativos na Companhia e em suas controladas diretas e indiretas sediadas no Brasil:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras são como segue:

Instrumentos financeiros	31.03.2017	31.12.2016
Caixa e equivalentes de caixa	11.037	1.971
Duplicatas a receber	62.560	55.275
Títulos e valores mobiliários	60.525	62.057
Fornecedores	(1.960)	(1.152)
Empréstimos e financiamentos	(255.627)	(204.722)
Partes relacionadas	33.975	54.412
	-----	-----
Total da exposição em Reais	(89.490)	(32.159)
	=====	=====
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	(28.244)	(9.867)
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte americanos já contratados em 31 de março de 2017 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2017	Alta do Dólar	(23.146)	(4.260)	(23.659)	(43.058)
2018	Alta do Dólar	(8.256)	(1.912)	(8.930)	(15.947)
2019	Alta do Dólar	6.386	2.565	8.264	13.964
2020	Alta do Dólar	(3.228)	(1.889)	(4.918)	(7.947)
		-----	-----	-----	-----
		(28.244)	(5.496)	(29.243)	(52.988)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

O cenário "Provável" representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do Dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de Dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, fazendo reduzir suas margens. No primeiro trimestre de 2017 a controlada indireta CSA registrou um ganho de R\$2.912. No primeiro trimestre de 2016, a não foram obtidos resultados com esse tipo de derivativo.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR e a juros

fixos estão demonstrados nas notas explicativas nº 13 e 19. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos (exceto os demonstrados em d.5.1 e d.5.2) e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade.

d.5.1) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros--são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras – juros sobre empréstimos”. Não houve aplicação em derivativos envolvendo taxas de juros nos trimestres findos em 31 de março de 2017 e 2016.

d.5.2) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis pelos Certificados de Depósitos Bancários - CDI da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	31.03.2017			31.12.2016	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 128,7% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2021	165.000	3.808	(2.112)	166.696	164.795
Contrato de empréstimo -- Juros: 128,7% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2021	165.000	3.787	(2.491)	166.296	164.128
Contrato de empréstimo -- Juros: 133,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – CCB Vencimento: agosto/2017	12.537	120	(184)	12.473	22.178
Contrato de empréstimo -- Juros: 131,5% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: maio/2017	4.545	58	(12)	4.591	11.478
Contrato de empréstimo -- Juros: 133,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – CCB Vencimento: setembro/2017	20.000	121	-	20.121	20.021
Contrato de empréstimo -- Juros: 125,5% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: abril/2017	2.083	23	-	2.106	8.409
Contrato de empréstimo -- Juros: 131,5% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCI Vencimento: abril/2017	2.000	5	(29)	1.976	7.895
(referência à nota explicativa nº 13)				374.259	398.904

Descrição	31.03.2017			31.12.2016	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 114,0% do CDI Contraparte: Banco Votorantim S.A. Vencimento: junho/2017	40.000	208	-	40.208	41.730
Contrato de empréstimo -- Juros: 129,9% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2018	30.000	1.792	(42)	31.750	30.543
Contrato de empréstimo -- Juros: 129,9% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2018	20.000	1.263	(103)	21.160	20.345
(referência à nota explicativa nº 13)				52.910	50.888
Contrato de empréstimo -- Juros: 125,0% do CDI Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: maio/2017	100.000	1.431	-	101.431	104.237
(referência à nota explicativa nº 13)				101.431	104.237
Contrato de empréstimo -- Juros: 137,5% do CDI Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: maio/2018	11.667	44	-	11.711	14.229
Contrato de empréstimo -- Juros: 135,0% do CDI Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: julho/2018	8.028	105	(101)	8.032	8.510
(referência à nota explicativa nº13)				19.743	22.739
Contrato de empréstimo -- Juros: 89,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. – PPE Vencimento: maio/2019	99.203	4.586	(378)	103.411	102.740
Contrato de empréstimo -- Juros: 103,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. – PPE Vencimento: fevereiro/2020	61.356	401	(600)	61.157	-
(referência à nota explicativa nº 13)				164.568	102.740
Contrato de empréstimo -- Juros: 136,7% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: dezembro/2018	20.000	175	-	20.175	20.153
(referência à nota explicativa nº 13)				20.175	20.153
Contrato de empréstimo -- Juros: 107,3% do CDI Contraparte: BDMG Vencimento: dezembro/2019	16.700	801	(323)	17.178	16.632
(referência à nota explicativa nº 13)				17.178	16.632
Debênture -- Juros: 110,0% do CDI Contraparte: Gaia Agro Sec. S.A. Vencimento: junho/2017	135.000	5.528	(517)	140.011	134.993
	913.119	24.256	(6.892)	930.483	893.016

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de março de 2017, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio	Cenários		
			Provável	II	III
2017	Alta do CDI	841.664	64.663	70.780	84.911
2018	Alta do CDI	460.627	61.284	60.582	72.739
2019	Alta do CDI	339.550	45.501	48.262	58.137
2020	Alta do CDI	196.294	26.206	28.867	34.788
2021	Alta do CDI	81.099	9.588	10.838	13.064
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima, referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano.

O cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, considerando-se os vencimentos do principal e do juros. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita a risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa, aos títulos e valores mobiliários e aos instrumentos derivativos. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte. O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez--A Companhia apresentou os valores dos ativos e passivos financeiros consolidados de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas em suas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Em 31 de março de 2017, não houve alteração significativa em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras anuais.

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações contábeis intermediárias.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016
Empréstimos e financiamentos	99.766	107.611	1.195.949	1.234.127
Debênture	-	-	140.011	134.993
Caixa e equivalentes de caixa	(424)	(286)	(153.274)	(183.420)
Títulos e valores mobiliários	-	-	(105.039)	(106.488)
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida	99.342	107.325	1.077.647	1.079.212
	-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido	703.330	720.216	1.288.730	1.313.626
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	802.672	827.541	2.366.377	2.392.838
	=====	=====	=====	=====

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas separadamente em cada controlada direta e indireta, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem três segmentos operacionais.

A controlada SGPSA possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e portanto essas operações estão sob a denominação de segmento de "Atacado", pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais. O segmento de Atacado se subdivide em dois subsegmentos: América do Sul, que inclui as operações no Brasil e Argentina e América do Norte, que inclui as operações nos Estados Unidos da América e Canadá.

A controlada indireta AMMO, possui um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento "Varejo", pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

A controlada indireta CTS possui três fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos ("Brins") utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

Abaixo a Companhia apresenta as informações por segmento (expressas em milhões de Reais):

31.03.2017							
	América do Sul			Total	América do Norte	(*) Outras não	Total
	Atacado	Varejo	Brins		Atacado	alocáveis	
Receita operacional líquida	280,8	59,9	93,4	434,1	190,9	(26,0)	599,0
Custo dos produtos vendidos	(210,6)	(29,4)	(76,1)	(316,1)	(156,5)	26,0	(446,6)
Lucro bruto	70,2	30,5	17,3	118,0	34,4	-	152,4
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(49,6)	(32,0)	(12,7)	(94,3)	(16,9)	(4,0)	(115,2)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(4,3)	(4,3)
Outras, líquidas	(0,1)	0,9	-	0,8	0,2	0,6	1,6
Resultado operacional	20,5	(0,6)	4,6	24,5	17,7	(7,7)	34,5
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	(53,4)	(53,4)
Resultado antes dos impostos	20,5	(0,6)	4,6	24,5	17,7	(61,1)	(18,9)
Depreciação e amortização	16,8	1,0	2,9	20,7	0,6	-	21,3
Total de ativos	2.118,5	142,5	453,5	2.714,5	417,8	99,1	3.231,4
Total de passivos	(1.186,2)	(100,8)	(205,0)	(1.492,0)	(346,9)	(103,8)	(1.942,7)
Total de ativos (passivos) líquidos	932,3	41,7	248,5	1.222,5	70,9	(4,7)	1.288,7
31.03.2016							
	América do Sul			Total	América do Norte	(*) Outras não	Total
	Atacado	Varejo	Brins		Atacado	alocáveis	
Receita operacional líquida	297,4	63,7	87,8	448,9	258,0	(20,2)	686,7
Custo dos produtos vendidos	(207,4)	(32,5)	(76,8)	(316,7)	(220,7)	20,2	(517,2)
Lucro bruto	90,0	31,2	11,0	132,2	37,3	-	169,5
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(51,4)	(35,1)	(12,2)	(98,7)	(21,4)	(3,6)	(123,7)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(15,8)	(15,8)
Outras, líquidas	(2,2)	(0,3)	0,2	(2,3)	(3,5)	(0,7)	(6,5)
Resultado operacional	36,4	(4,2)	(1,0)	31,2	12,4	(20,1)	23,5
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	(72,8)	(72,8)
Resultado antes dos impostos	36,4	(4,2)	(1,0)	31,2	12,4	(92,9)	(49,3)
Depreciação e amortização	16,1	2,5	2,8	21,4	1,0	-	22,4
Total de ativos	2.082,0	195,3	425,6	2.702,9	398,1	234,6	3.335,6
Total de passivos	(1.066,4)	(104,3)	(175,9)	(1.346,6)	(445,0)	(111,2)	(1.902,8)
Total de ativos (passivos) líquidos	1.015,6	91,0	249,7	1.356,3	(46,9)	123,4	1.432,8

(*) Referem-se a despesas da Companhia (controladora) e de controladas não operacionais, equivalência patrimonial de coligadas e resultado financeiro não alocável.

As controladas da Companhia, em suas análises sobre o desempenho de vendas, classificam seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, utility bedding, produtos intermediários e varejo. Informações de venda por categoria ou linha de produtos:

	Consolidado	
	31.03.2017	31.03.2016
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	224,3	274,2
Utility bedding	160,6	206,3
Produtos intermediários	154,2	142,5
Varejo	59,9	63,7
	-----	-----
	599,0	686,7
	=====	=====
Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	7,4	8,7
Utility bedding	10,8	10,7
Produtos intermediários	9,9	10,8
	-----	-----
	28,1	30,2
	=====	=====

A Companhia e suas controladas possuem mais de 13.000 clientes ativos em 31 de março de 2017 e apenas um cliente concentra vendas que representam aproximadamente 10% das vendas líquidas.

25. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	31.03.2017	31.03.2016
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos	(360.366)	(380.143)
Benefícios a empregados	(122.858)	(123.778)
INSS	(14.112)	(12.068)
Depreciação e amortização	(21.310)	(22.386)
Variação dos estoques de produtos acabados e em processo	(15.881)	(59.333)
Variação cambial nos estoques de controladas no exterior	(3.085)	(14.891)
Outros custos e despesas	(24.230)	(28.310)
	-----	-----
Total por natureza	(561.842)	(640.909)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	31.03.2017	31.03.2016
Custo dos produtos vendidos	(446.631)	(517.235)
Vendas	(73.232)	(79.149)
Gerais e administrativas	(38.998)	(41.568)
Honorários da administração	(2.981)	(2.957)
	-----	-----
Total por função	(561.842)	(640.909)
	=====	=====

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	31.03.2017	31.03.2016
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	730.706	832.123
Deduções das vendas	(131.700)	(145.376)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	599.006	686.747
	=====	=====

27. PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do prejuízo básico e diluído por ação foi calculado como segue:

	31.03.2017	31.03.2016
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(14.920)	(38.229)
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	13.912.800	13.912.800
Preferenciais	16.723.657	16.723.657
	-----	-----
	30.636.457	30.636.457
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	(0,4870)	(1,2478)
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por ação é igual ao prejuízo diluído por ação.

* * * * *